

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNESP
Faculdade de Ciências - Campus de Bauru
Licenciatura em Pedagogia

MARINA DE CAMPOS FERREIRA PINTO

**O GRUPO ESCOLAR DE SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA: CONTEXTO
HISTÓRICO (DÉCADAS DE 1930 A 1970).**

BAURU
2011

Universidade Estadual Paulista
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNESP

Faculdade de Ciências - Campus de Bauru
Licenciatura em Pedagogia

MARINA DE CAMPOS FERREIRA PINTO

**O GRUPO ESCOLAR DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA: CONTEXTO
HISTÓRICO (DÉCADAS DE 1930 A 1970).**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Educação da Faculdade
de Ciências – UNESP, Bauru, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
graduação em Pedagogia, sob a orientação da
Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho.**

BAURU

2011

Pinto, Marina de Campos Ferreira.

O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga:
contexto histórico (décadas de 1930 a 1970)/
Marina de Campos Ferreira Pinto, 2011

63 f.

Orientador: Macioniro Celeste Filho

Monografia (Graduação)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2011

1. 1. Grupo Escolar Cel. Domingues de Castro. 2.
História da educação. 3. São Luiz do Paraitinga.
I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Ciências. II. Título.

**O GRUPO ESCOLAR DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA: CONTEXTO
HISTÓRICO (DÉCADAS DE 1930 A 1970).**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho (orientador)
Departamento de Educação –UNESP BAURU

Prof. Dr. Antônio Francisco Marques
Departamento de Educação- UNESP BAURU

Professora. Dar. Maria da Graça M. Magnoni
Departamento de Educação- UNESP BAURU

Dedico este trabalho de conclusão de curso a minha família Campos e minha família Ferreira Pinto, em especial a minha avó Maria Aparecida das Brotas Gouveia Campos que deixou saudade neste mundo para encantar agora outros lugares. Agradeço meus familiares que são exemplos para mim e me ensinaram como é possível se superar sempre; no cotidiano se mostraram pessoas maravilhosas e foram à inspiração para que eu nunca desistisse. Sou imensamente grata por ter este contato com a cultura luizense, que acabou resultando neste trabalho.

Dedico também à família que me escolheu e me acolheu nos momentos difíceis que passei sem a minha família de sangue, são eles Eliane, Fernando, Priscila e Fernanda, pois sem eles eu não estaria nesta graduação ainda.

A graduanda gostaria de manifestar os mais sinceros agradecimentos às diversas pessoas e instituições que contribuíram, com grande esforço, para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, dentre esses:

Ao orientador, Macioniro Celeste Filho pelo exemplo profissional, incentivo, orientação e credibilidade em mim depositada, também por viabilizar documentação que sem o seu auxílio não seria possível à obtenção, agradeço a sua enorme contribuição para o meu crescimento acadêmico;

Aos professores Antonio e Graça pela disponibilização do tempo para leitura e correção deste trabalho;

Às professoras da cidade de São Luiz do Paraitinga, pela atenção e pelas informações essenciais neste trabalho, sendo elas Maria Amélia, Fátima, Tadeu e Denise, que se mostraram sempre dispostos a ajudar e enriqueceram este trabalho;

Aos amigos de longa data, Mariana, Ana Paula, Yumi e Paulo, e ao meu namorado Bruno, que sempre me apoiaram nos momentos difíceis e que mesmo longe se fazem presentes.

Aos amigos de não tão longa data, Priscila, Thaisa e Vanessa, que fazem do meu cotidiano uma diversão e me dão forças para o dia a dia. Agradeço a todos os colegas de sala que me ensinaram muito sobre a vida, sendo essenciais para meu crescimento nesses quatro anos de luta.

Ao professor Judas Tadeu de Campos, pela entrevista concedida e pelo apoio em diversas conversas trocadas e pelo enorme afeto que criei por ele.

Aos meus familiares, em especial meus pais, Marco Antonio e Fátima, e minha irmã Thais, por possibilitarem a realização da graduação, pelo apoio, incentivo, motivação e compreensão, sem os quais esse trabalho não seria possível.

“(...) Distingo- agora, o
casario esbranquiçado, os
velhos telhados
e o larguinho...
rodeado de sobradões antigos.
Uma ou outra parede de azulejo.
Histórias do passado!
nenhuma casa nova.

Olhos úmidos, e a Cidade à
minha frente, aumentando... Sem
sentir, estou em cima do rio
Atravessando a ponte nova!

Ah!, a velha ponte esburacada d’outrora,
Que, em menino eu pensava, ser
a fronteira que separava
a minha Cidade, da
terra dos fantasmas!
Não errava.
Hoje sei que a ponte nova
Que ali está,
Na saída, da minha cidadezinha, é a
fronteira impiedosa,
que separa dois mundos grandes.

Quanta coisa me assalta!
Passado distante,
saudades de menino!”

Aziz Nacib Ab’Sáber
Janeiro de 1946

Resumo

O presente trabalho tem como tema O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga: contexto histórico (décadas de 1930 a 1970). Este trabalho tem como diferencial a temática pouco abordada na área acadêmica, os grupos escolares da região do Vale do Paraíba, estas escolas não são tema constante de pesquisa, fazendo com que essa diferenciação apresente materiais pouco utilizados, porém de extrema importância para compreensão da educação atual na região do Vale do Paraíba. Para a realização foi feita a leitura da legislação vigente no período de 1930 a 1970, a documentação disponibilizada pela Secretaria da Educação, a leitura e análise das documentações apresentadas, pode-se entender o contexto histórico do grupo escolar que será alvo do estudo: o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro. Foi objetivo desse trabalho compreender como o grupo escolar de São Luiz do Paraitinga foi se moldando às leis e diretrizes no contexto histórico das décadas de 1930 a 1970, contextualizando os acontecimentos históricos gerais e os acontecimentos específicos da cidade de São Luiz do Paraitinga. A metodologia usada será estudos de fenômenos educacionais juntamente com a pesquisa narrativo-biográfica dos entrevistados por esta pesquisa.

Palavras-chave: Grupo Escolar Cel. Domingues de Castro; História da Educação; São Luiz do Paraitinga.

Abstract

The present work has as its theme the group of St. Louis School of Paraitinga: historical context (the 1930 to 1970). This work has the distinction the subject rarely addressed in academic, school groups in the region of Vale do Paraíba, these schools are not constant theme of research, making this differentiation materials present little used, but extremely important for understanding of education present in the region of Vale do Paraíba. For the realization was made to read the legislation in the period 1930 to 1970, the documentation provided by the Department of Education, reading and analysis of documentation presented, one can understand the historical context of the school group to be targeted by the study: School Group Colonel Domingues de Castro. Objective of this study was to understand how the group of the school of St. Louis was shaping up Paraitinga laws and guidelines in the historical context of the decades from 1930 to 1970, contextualizing historical events general and the specific events of São Luiz do Paraitinga. The methodology used is studies of educational phenomena along with the narrative-biographical study of respondents to this survey.

Keywords: School Group Cel. Domingues de Castro, History of Education; Paraitinga of St. Louis.

Sumário

Introdução	11
1 – Sistemas escolares brasileiros	17
2 – Grupo escolar Coronel Domingues de Castro na década de 1930	30
3 – O período final do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro	46
Considerações Finais	59
Referências	61

Introdução

O presente trabalho analisou a história do grupo escolar de São Luiz do Paraitinga. Para isto é importante situar São Luiz do Paraitinga, que teve seu início como núcleo urbano a partir do Ciclo do Café no estado de São Paulo e Rio de Janeiro. A cidade teve este nome devido ao Rio Paraitinga, no qual desde os tempos coloniais havia um posto avançado por onde passava o ouro de Minas Gerais. Ao ser fundada a povoação em, o nome foi São Luís e Santo Antônio do Paraitinga, sendo mudado depois para São Luiz do Paraitinga, quando o padroeiro passou a ser São Luiz, Bispo de Tolosa.

Segundo Santos, 2008, p.16:

São Luiz do Paraitinga, como quase a totalidade dos pequenos municípios brasileiros, era uma cidade praticamente abandonada pela “governança luso-brasileira” desde seu processo de fundação, em fins do século XVIII, confirmando a dificuldade de controle do imenso território brasileiro nesta época. É coincidente a este momento uma crise do sistema colonial como um todo no contexto mundial atingindo, diretamente, a administração do governo brasileiro da época. Desta forma, localidades como a que estamos estudando, nascentes nesse contexto conturbado, acabam tendo na grande maioria das vezes, uma história inicial com sucessões de golpes políticos, pobreza e isolamento.

A formação da cidade de São Luiz do Paraitinga se diferencia dos outros núcleos urbanos. Segundo Trindade e Saia (1977) a constituição do núcleo urbano ocorre em função do adensamento populacional em uma região predeterminada, onde se encontram habitações dispersas.

Em 1769 a petição para a criação da cidade foi aceita, recebendo a povoação o nome de São Luiz e Santo Antônio do Paraitinga, sendo a padroeira Nossa Senhora dos Prazeres. Um incentivo do governador geral estimulou a mudança de mais gente para o local que foi elevado à Vila em janeiro de 1773 e instalada a 31 de março do mesmo ano. A vila evoluiu rapidamente, mas parou seu progresso na cultura de cereais e muito mais tarde se deu início à plantação de café e algodão. Em 1875 foi elevada a cidade e por título em 11 de junho de 1873 obteve a denominação de Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga.

Embora a região da atual cidade luizense só tenha legitimado seu povoamento em 08 de maio de 1769 – data comemorada como marco da fundação da cidade – pelo Sargento-mór Manuel Antônio de Carvalho – denominada então, São Luiz e Santo Antonio do Paraitinga, elevada à condição de Vila em 31 de março de 1773 e emancipada politicamente em 30 de abril de 1857, esse período inicial de ocupação, nos traz muitos elementos importantes que vão marcar a

identidade do município futuramente. Assim, faz parte também da história da cidade, mesmo tratando-se de um período anterior à sua própria data de fundação¹. (SANTOS, 2008, p.43).

Neste momento da formação da povoação em fins do século XVIII não foi fruto do acaso, pois estava consolidando tentativas de ocupação de décadas anteriores e, neste novo momento, estava totalmente apoiado por uma nova política administrativa de Portugal, comandado pelo Primeiro Ministro Marquês de Pombal. Ao nomear Morgado de Matheus para governar a Capitania de São Paulo o propósito do governo português era mesmo o de imprimir um maior controle na então difícil defesa do território brasileiro. Daí, o afincamento com que se procedeu à fundação de novas cidades e à ampliação da organização burocrática. O ato de legitimação das cidades não teve outro propósito, se não o de controle da parte do Governo Português nas terras brasileiras, o que não foi diferente na cidade de São Luiz do Paraitinga.

A importância exercida pelo transporte em sistemas de tropas na região luizense relaciona-se de forma muito interessante também ao registro de um grande número de manifestações culturais relacionadas a esta atividade desde o século XVII, ainda presentes na cidade. Fica confirmado como praticamente todo o povoamento do vale do Paraíba está diretamente inserido no contexto expansionista do controle territorial e econômico da Colônia Portuguesa, cuja principal vocação era a atividade de exploração dos recursos naturais. E por todo o século XVII e XVIII não havia outra forma para o escoamento destes bens senão o árduo trabalho das tropas.

Com o advento do café no vale do Paraíba – sobretudo em fins do século XVIII e início do XIX –, veremos essa movimentação comercial ainda mais pujante e o desenvolvimento cada vez maior de cidades. O que provavelmente não permitiu uma maior ocupação do território vale paraibano já no século XVII e início do XVIII foi uma mudança da rota do ouro, marcada pela descoberta do chamado “Caminho Novo”, desviando para outras regiões a circulação dos carregamentos de ouro que cortava anteriormente trechos do território paulista como a região luizense. Ainda que a região não tivesse sido

¹ O livro *São Luiz o ano inteiro* elaborado pelo Comitê Pró Associação para o Desenvolvimento Cultural e Ambiental de São Luiz do Paraitinga organizado por TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. Taubaté: Vogal Editora, 1997, traz um resumo destas etapas anteriores à definitiva emancipação da cidade. Embora inicie sua discussão a partir de 1769, foi o maior estímulo para que eu retrocedesse na periodização, pois mostrava com ênfase a importância das tropas para a escolha de uma nova povoação a ser estabelecida. E não seriam novos caminhos a serem criados na Capitania de São Paulo. A busca passava a ser de consolidação dos roteiros estabelecidos pela ocupação bandeirante desde o século XVII.

contemplada por esta nova rota, pois muitas pessoas que ascenderam economicamente e socialmente nas regiões privilegiadas pelas novas rotas comerciais puderam futuramente retornar e investir na região.

Praticamente relegada à penúria econômica e, quase desabitada – após aquela ocupação inicial que ocorreu durante todo o final do século XVII e todo o século XVIII – a região cercada pelo curso dos rios Paraitinga e Paraibuna não conseguiu levar a frente o processo de ocupação inicial e teve que aguardar o advento do café para alcançar um progresso econômico e populacional mais efetivo. Mas, aí, já estamos bem à frente, nos meados do século XIX. (SANTOS, 2008, p.49).

Não podemos deixar de comentar sobre a importância da Igreja Católica na formação da cidade, sendo a proposta de um controle maior da sociedade, a questão religiosa era uma das principais. Construir imediatamente uma Igreja era um signo importante do controle estabelecido. Ainda mais quando a religiosidade estava pautada em práticas tradicionais.

Ainda nas questões econômicas que permearam a criação da cidade, foi só com o advento do café e uma nova leva de migração para o vale do Paraíba – já em meados do século XIX – que veremos São Luiz do Paraitinga receber toda estrutura governamental ansiada desde a época de sua fundação, mas, insuficiente até então. A marca da ocupação inicial era o povoamento do território por núcleos familiares, portando uma atividade econômica restrita à agricultura de subsistência e com poucos vínculos comerciais. Era, portanto, uma realidade marcadamente pobre.

famílias pequenas, com seu chefe, vivendo do trabalho próprio e dos membros da família, sem escravos, gente realmente miserável (...) Para o pouco mais de 800 pessoas que apresenta essa primeira contagem, há um número irrisório de proprietários (sete) cujo lote de escravos vai de 6 a 24 peças.²

A administração da região do vale do Paraíba começa a sofrer uma profunda transformação no decorrer do século XIX com o avanço, cada vez maior, do protagonismo dos senhores das senzalas, donos dos escravos, sendo os mesmos beneficiados pelo desenvolvimento da produção agrícola, sobretudo o surgimento da cultura cafeeira – mas também pelo avanço econômico de outras produções como a do açúcar. Neste momento, a economia da região girava em torno do café principalmente, sendo a economia intimamente ligada com a política, pois estava no poder nesta época a família com a maior fazenda cafeeira, a família Domingues de Castro, que posteriormente daria o nome ao grupo escolar alvo de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso. Em qualquer apresentação sobre São

² Departamento do Arquivo de São Paulo. População/ São Luiz do Paraitinga, cx 158, ord 158, ano 1774.

São Luiz do Paraitinga, é um passo imprescindível discorrer sobre a riqueza deixada pelo café e a importância deste na construção identitária do luizense. Fica claro que uma parte mínima da população se enriquecia nesta época, sendo os “senhores do café” símbolo de riqueza e poder, e a maioria vivia em condições precárias, podendo ser observado facilmente a desigualdade social que havia nesta região do Vale do Paraíba.

A decadência da produção do café da região vale-paraibana no início do século XX constituirá um golpe duríssimo na economia da região, atingindo o dia-a-dia de toda a população. Dificuldades de diversas naturezas estarão sobrepostas: econômicas, sociais, políticas. Com o desenvolvimento das cidades e dos novos meios de produção, ligados sobretudo aos processos industriais, transformavam-se totalmente os padrões da sociedade brasileira e, mesmo um município com as características de isolamento como o luizense, acabava partilhando os novos padrões.

Acredito poder dizer que se trata do início de uma nova etapa na história local. Surge a necessidade de alternativas àquele estilo de vida característico e o espaço urbano passa a ganhar importância. Era um ambiente para profissionais novos, residentes estritamente no núcleo urbano – algo extremamente raro até então. Uma imprensa periódica começou a se estabelecer já em fins do século XIX e passou a se fortalecer cada vez mais, constituindo um espaço privilegiado de discussões políticas, fundamentais para esta nova etapa da história da cidade. (SANTOS, 2008, p.71).

O modo de vida rural, presente ainda em São Luiz do Paraitinga, era muito criticado, e ainda era apontado como motivo para atraso tecnológico e entrave para o desenvolvimento do país. Sendo assim, a cidade foi sofrendo um crescente isolamento que só vem se transformando de alguns poucos anos para cá, acima de tudo pelo turismo.

No momento seguinte à decadência cafeeira, São Luiz retornou a uma agricultura pautada na subsistência e uma situação muito próxima àquelas primeiras tentativas de ocupação na época da fundação da cidade. Este novo ramo dominou a zona rural e toda a economia luizense até pouco tempo atrás. Somente no fim do século XX, quando começaram a fechar as empresas leiteiras da região, a pecuária passou a representar pouco economicamente ao município. O êxodo rural aumentou consideravelmente nesse momento e, paralelo a tudo isso, se percebeu uma volta à agricultura de subsistência na zona rural luizense, sendo muito menos representativa para a economia da cidade do que antigamente. Enfrentou-se então um novo período de dificuldades econômicas onde o caminho mais comum da população jovem de São Luiz do Paraitinga ainda tem sido a transferência aos municípios vizinhos em busca de oportunidades de emprego.

Nos dias atuais, entretanto, a cidade vem descobrindo uma importante saída econômica pelo desenvolvimento do turismo. Uma saída lucrativa, e que se apoia tanto no ecoturismo como no turismo histórico.

É difícil fugir da clássica classificação de Monteiro Lobato: *“umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrepito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes”* (LOBATO, 1977, p.3), sendo este um ponto de vista econômico, mas do ponto de vista da cultura regional, o modo de vida da população é o que faz se manter viva as tradições religioso-culturais.

São Luiz do Paraitinga é chamada por muitos de "Último Reduto de Caipiras" e se mostra extremamente preocupada com as tradições, com a manutenção de suas muitas festas e com seus prédios coloniais. Esses casarões não são cenários para que turistas rendam elogios à beleza das formas e sim templos herdados para a continuidade da História..

Na virada de ano de 2009 para 2010 um desastre ecológico, a pior das enchentes que destruiu parte da cidade. O município é banhado pelo Rio Paraitinga o município de 10.000 habitantes ficou ilhado após a chuva torrencial (31/12/09) que elevou o nível do rio em 10 metros e devastou comércio e casas. Tamanho o desastre, após doze dias da enxurrada que destruiu vários patrimônios tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), entre eles a Igreja Central e 80% do patrimônio histórico foi destruído e deixou 600 imóveis alagados e inúmeras casas desapropriadas. No Centro da cidade, onde a maior parte dos edifícios históricos foi destruída pela enchente, moradores tentaram limpar e resgatar o que sobrou dentro de casa. A perda foi além dos casarões, os documentos foram levados pela água, grande parte da história que estava guardada na Biblioteca “Nelson Ferreira Pinto” foi destruída, uma perda irreversível.

A cidade ainda não está completamente reconstruída, a igreja central ainda está em ruínas assim como tantos outros patrimônios da cidade, mas de acordo com a Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga as obras estão em dia.

Após esta retomada histórica, foi feito o levantamento bibliográfico sobre Grupos Escolares e Sistemas Escolares, sendo estes relacionados com a legislação e o contexto histórico.

O Trabalho de Conclusão de Curso objetivou compreender como o Grupo Escolar de São Luiz do Paraitinga foi se moldando às leis e ao contexto histórico das décadas de 1930 a 1970. Essa periodização se dá porque em 1932 foi criada em Taubaté a Delegacia Regional de Ensino, quando a organização e o funcionamento do grupo Coronel Domingues de Castro da

cidade de São Luiz do Paraitinga é melhor estruturado e acompanhado sistematicamente por inspetores de ensino. Esta maneira organizacional do ensino na região do Vale do Paraíba sofreu mudanças Na década de 1970 com a reforma executada pela lei 5692/71, que extinguiu os grupos escolares do Brasil. Para compreender estas mudanças educacionais foi feita a retomada histórica e o detalhamento advindo dos relatórios da Secretária de Educação Estadual, isto facilitou a reconstituição na área educacional na cidade. Para tanto o primeiro capítulo deste trabalho foi dedicado a criação dos grupos escolares e seu contexto histórico. O capítulo dois é sobre a década de 1930, onde foi feita uma pesquisa histórica e foram encontrados seis relatórios da Delegacia de Ensino; sendo eles separados pelo ano no qual foram realizados (1934, 1935, 1937, 1938, 1940 e 1942). O capítulo três destina-se a entrevistas com os membros da administração e corpo docente do grupo escolar Coronel Domingues de Castro para compreender o funcionamento do mesmo. O capítulo três se dedica a mostrar a extinção dos grupos escolares pela lei 5.692/71.

A pesquisa deve ser feita como dito anteriormente a partir da pesquisa dos livros que contam o contexto histórico das décadas de 1930 e 1970, fazendo a leitura atenciosa para que se possa relacionar o grupo escolar no seu contexto histórico. Será utilizada a pesquisa narrativo-biográfica das pessoas envolvidas na área de Educação nas décadas já mencionadas, juntamente com essa pesquisa, será feito o estudo de fenômenos educacionais, como complemento da outra pesquisa. Serão observadas também as legislações das décadas de 1930/1940 e 1970, para compreender como a Educação deveria funcionar neste período, fazendo uma comparação com a legislação e os registros de documentação dos Relatórios da Delegacia Regional de Taubaté, e ainda complementar as informações com a leitura dos livros que seguem nas referências bibliográficas.

Pretende-se após essa fase de pesquisa inicial somente com documentos e livros, fazer uma pesquisa entre os moradores da região de São Luiz do Paraitinga, fazendo entrevistas semi-estruturadas como técnica de coleta de dados.

1 – Sistemas Escolares Brasileiros

Para compreender o percurso do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro entre as décadas de 1930 a 1970, foi feita uma retomada histórica até mesmo antes do ano citado acima, para compreender o contexto em que se encontrava o país para a realização da mudança educacional/governamental. Para tanto realizou-se um levantamento bibliográfico que consta nas páginas finais do trabalho.

Para o capítulo nomeado Sistemas Escolares Brasileiros foi feito um levantamento de alguns autores como Rosa Fátima de Souza, para demonstrar as várias medidas de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo. O autor Luiz Antonio da Cunha foi utilizado para mostrar como foi o período da ditadura militar e como isso influenciou na área educacional. O autor Luciano Mendes de Faria Filho foi utilizado como modelo de conceitos utilizados, o modo como trabalha a relação tempo/escola.

O primeiro livro utilizado como referencia foi *Templos de civilização: A implementação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. O livro tem como temática a análise acerca da estrutura e da forma como a escola primária criada no Estado de São Paulo no período republicano. É de suma importância a retomada histórica, para que ao chegar nas décadas em que focaremos, as mesmas não fiquem descontextualizadas.

A democratização do poder restituiu ao povo uma tal soma de autonomia, que em todos os ramos da administração é hoje indispensável consultar e satisfazer suas necessidades. Já que a revolução entregou ao povo a direção de si mesmo, nada é mais urgente do que cultivar-lhe o espírito, dar-lhe a elevação moral de que ele precisa formar-lhe o caráter para que saiba querer ... A instrução do povo é, portanto, sua maior necessidade. Para o governo, educar o povo é um dever e um interesse: dever, de formar escolas; interesse, porque só é independente quem tem o espírito culto, e a educação cria, avigora e mantém a posse da liberdade. (REIS FILHO, 1981 apud SOUZA, 1998, p.28).

Após o fim do Império, a partir de 1890, o governo republicano criou uma série de iniciativas para firmar o seu recém-instituído governo. As medidas educativas foram tomadas de modo que se pretendia atingir a universalização do ensino e fazer com que o país tivesse propostas na área de educação similares a países em que as propostas já haviam sido implantadas com sucesso. Com esta nova proposta de educação, houve uma reação positiva da sociedade, que cobrava a democratização da educação no país. Os idealizadores das reformas acreditavam que para se atingir a reforma social deveria se reformar a educação.

A criação dos grupos escolares surge portanto no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular – uma entre as várias medidas de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo implementadas a partir de 1890. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado de São Paulo e na história da educação no país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. (SOUZA, 1998, p.30).

A partir de estudos para a realização dos grupos escolares, foram encontrados definições de escola graduada, definições em torno do agrupamento dos alunos, da necessidade de professores designados para cada grau, a equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo, determinação prévia dos conteúdos das diferentes matérias pra cada grau, o aproveitamento do aluno em comparação do aproveitamento do grupo e o nível em que ele se encontra e a promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau. A partir dessas definições, a classificação igualitária dos alunos foi considerada a essência da escola graduada, criando as noções de classe e série.

A implantação dos grupos escolares enfrentou algumas resistências como de São Luiz do Paraitinga. O motivo da resistência era que uma vez as escolas se reunindo, haveria um distanciamento da escola da residência dos alunos. O inspetor Pedro Augusto Calasans refere-se à situação da seguinte forma:

Com vigentes e quase insuportáveis dificuldades para levar a efeito esta medida, tive de arrostar porque as opiniões divergiram-se quanto ao resultado desta grandiosa concepção, principalmente em São Luiz onde de simples desencontro de idéias começou desde logo a reinar certo capricho da parte dos que condenavam a fusão das escolas, dando isto lugar a uma luta que tive de sustentar atento às benéficas informações que tinha acerca de outros grupos anteriormente formados no Estado. (SOUZA, 1998, p.45).

A questão dos professores preocupava muito, pois havia uma necessidade grande de mão de obra com qualidade em um curto período de tempo. Para suprir a necessidade, o governo se utilizou das escolas complementares, que corresponde ao segundo grau do curso primário, desta forma, a descaracterização da escola complementar, sendo assim, a Escola Normal tinha uma qualidade de ensino superior e as escolas complementares um ensino um pouco mais aprofundado que o elementar. O quadro de professores apontava grande preferencia pelo público feminino, pois como dito anteriormente, havia uma necessidade de uma grande demanda de professores, conciliando assim o recrutamento de um grande número de profissionais para atender a carência da educação popular mantendo-se salários pouco atrativos para os homens. A preferência pelo público feminino existia pois acreditava-se que

era da natureza feminina o cuidado e guarda natural da criança. Por essa preferência, a distribuição de trabalho não era igualitária, sendo as mulheres favorecidas na área.

A distribuição diferenciada das classes do curso preliminar a professores e professoras denota também os preconceitos e indefinições acerca da participação do trabalho feminino nos primeiros tempos da República. De acordo com o regulamento da instrução pública do Estado de 1892, a regência das escolas do sexo feminino e das escolas mistas cabia às professoras, enquanto a regência das escolas masculinas era permitida apenas aos professores. Posteriormente, foi facultado às professoras o ensino das primeiras séries da seção masculina e aos professores o ensino das últimas séries nessas seções. No entanto, a feminilização do magistério acabou por vencer as barreiras morais. (SOUZA, 1998, p.64).

Tendo em vista esta retomada histórica até o ano de 1910, podemos agora apresentar a criação dos sistemas escolares a partir da década de 20.

Os sistemas escolares brasileiros passaram por mudanças, começando a ser estudada a partir da década de 1920.

Antes de 30, o sistema educacional da elite brasileira, era um sistema particular de ensino secundário, de caráter acadêmico e intelectualista, com veleidades de imitação do sistema francês de ensino, seguido das grandes escolas de profissões liberais, estas, em sua maioria, públicas e gratuitas. Para o povo, havia uma certa quantidade de lugares nas escolas primárias públicas, de onde poderiam estes poucos alunos se dirigir às escolas normais e técnico profissionais, estas mantidas em sua quase totalidade pelo poder público e, portanto, gratuitas (TEIXEIRA, 1976, pp. 94-95).

Sendo assim, fica claro que o ensino brasileiro existente nesta época não contemplava nenhuma camada popular e se caracterizava, como uma educação de elite, deixando claro o fato da educação não atingir senão os filhos de pais em boa situação econômica nesta sociedade. O sistema escolar brasileiro estava dividido em dois sistemas educacionais, sendo eles independentes, formando um “Sistema de Ensino Dual”; tais sistemas educacionais eram afastados socialmente um do outro. Assim sendo, havia um ensino primário gratuito e com poucas oportunidades e um ensino secundário pago, o que fazia com que o desejo de ascensão social fosse impossível para as camadas populares, o ensino superior era ineficiente. Este modo de sistema escolar funcionou até 1930. A cultura escolar era organizada segundo os padrões europeus, sendo requisitos básicos para a frequência na escola níveis de educação coletiva e doméstica relativamente altos, fixando novamente a ideia de que a camada popular não fazia parte da cultura escolar. Segundo TEIXEIRA, p.100 “ (...)Não era só a roupa, o sapato, que afastavam o povo da escola, mas o próprio tipo de educação que ali ministrávamos de que não podia aproveitar-se, em virtude da penúria do seu ambiente cultural doméstico”.

A escola primária e a escola normal prosperavam, mas como escolas de classe média; a escola acadêmica e o ensino superior ainda eram restritos à classe superior alta. Com esse sistema de

ensino, assegurava-se que cada camada ficasse restrita ao seu status social, sem chances para expansão. A educação brasileira, para Anísio Teixeira, refletia, os modelos dos quais se originou. Em linhas gerais, a filosofia da educação dominante nesta época é a mesma que veio da Europa.

A partir da década de 1930, a sociedade brasileira passou por uma mudança na sociedade, passando de uma sociedade oligárquica para urbano-industrial, sendo redefinidas as estruturas de poder, e o esforço para a industrialização resultou em mudanças substantivas na educação. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde, no ano de 1930 e criou-se o sistema nacional de ensino, até então inexistente.

Com a Constituição de 1934, estabeleceu-se a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação, que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. Implantou-se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, e o ensino religioso tornou-se optativo. Já na Constituição de 1937, foram apresentados dois novos parâmetros na área educacional: o ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem, para os filhos de seus funcionários ou sindicalizados. Ainda neste ano a disciplina de educação moral e política deixou de ser incluída nos currículos.

Para Severino (1986), por exemplo, em seu trabalho sobre a significação ideológica da educação brasileira, o período de 1889 a 1964 seria o de consolidação da ideologia liberal. Saviani (2004) por sua vez, enfocando a história da escola pública no Brasil, propõe que se encare o período de 1931 a 1961 como aquele da regulamentação nacional do ensino e do ideário pedagógico renovador.

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo e a volta da normalidade democrática, voltou a ser pauta de discussão a democratização do ensino. Havia problemas como a falta de vagas, a alta seletividade do processo de ensino público, as péssimas condições materiais das escolas, o despreparo dos professores, os antigos métodos de ensino, a incompatibilidade entre a escola e as necessidades da sociedade brasileira. Esses problemas citados são presentes na atual sociedade brasileira, onde a democratização do ensino nunca ocorreu. Segundo o educador Anísio Teixeira, “Educação não é privilégio”; onde mostra claramente o seu descontentamento com a seleção e classificação realizadas pela Escola, formando um baixo número de alunos e estes sendo os privilegiados por sua classe social. As escolas primárias

brasileiras tinham duração de apenas quatro anos em zonas urbanas e três anos na zona rural, e havia ainda um alto nível de abandono da escola e repetência.

Procura-se resolver o grave problema da repetência, que constituiu importante prejuízo financeiro e subtrai oportunidades educativas a considerável contingente em idade escolar, mediante as seguintes medidas : a) revisão do sistema de promoções na escola primária, com o fim de torna-lo menos seletivo; b) estudo, com a participação do pessoal docente primário, de um regime de promoções baseado na idade cronológica dos alunos e em outros aspectos de valor pedagógico, e aplicável, em caráter experimental, aos primeiros graus da escola. (ALMEIDA JUNIOR apud SOUZA, 2009, p. 348).

A questão da pouca duração da escola primária brasileira “foi insistentemente recomendada pelos organismos internacionais, que propagavam a educação como fator indispensável para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos países em desenvolvimento.” (SOUZA, 2009, p. 349).

O período de 1930 a 1940 foi considerado como período de expansão industrial e de urbanização, apresentando inúmeras regulamentações, que deram um caráter orgânico à educação do país. No ano de 1945 a 1961, foi a segunda fase de industrialização e de ajuste do país ao desenvolvimento econômico mundial, mostrando uma preocupação de se criar uma legislação nacional com diretrizes para todos os graus ou áreas de ensino e acabou por desembocar na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961.

A seguir uma breve explicação sobre as mudanças políticas:

Em uma abordagem geral, a Revolução de 1930 foi fruto da crise econômica do setor agroexportador do café, agravada com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, e dos embates entre segmentos sociais que não se consideravam referenciados no processo político da Primeira República, marcado por sucessivas eleições pactuadas entre os setores agrários. O Golpe de Estado, em 1937, que instalou o Estado Novo, foi justificado pela necessidade de se manter a ordem institucional contra os regionalismos, herança do período anterior, contra as divergências entre os grupos dominantes - setores agrários e burguesia industrial - e contra as manifestações das forças de oposição, como por exemplo, a Intentona Comunista em 1935.

Com a política de nacionalização, a economia passou a substituir as importações, em 1930, acelera-se e diversifica-se entre 1945 e o início da década de 1960. Em 1946 a Constituição já havia fixado a necessidade de novas leis educacionais que substituíssem as anteriores, consideradas ultrapassadas para o novo momento econômico e político que o país passava a viver (a partir da Revolução de 30). Os acontecimentos externos ao país também

influenciavam na educação, como ao final da Segunda Guerra , que imprimiu ao país novas necessidades que a educação não podia ignorar. Era um período de transitoriedade em que havia intensa manifestação a respeito dos rumos do sistema educacional.

Apontarei agora as mudanças no campo educacional, pautadas em legislações aprovadas a partir da década de 1930. No primeiro período (1930 a 1970) denominado por Oliveira (2003) de “Educação e Desenvolvimento” ocorreu o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que, na década de 30, lançou a proposta de uma mudança significativa no âmbito educacional. Este documento começou a ser formulado por um grupo de educadores que criticava a pouca importância dada à educação no país e o uso de métodos pedagógicos considerados pouco eficientes para a aprendizagem. Para Saviani (2007), o Manifesto, apesar de ser permeado pela perspectiva escolanovista, foi um documento de política educacional em defesa da escola pública em oposição à escola tradicional. Saviani (2007) também afirmou que a proposta do Manifesto contrariava as concepções do pensamento pedagógico humanista as quais davam maior importância para a educação com princípios morais e religiosos ligados à tradição cristã, lógica que era contrária ao movimento dos Pioneiros que privilegiava a ciência como forma de progresso. Assim o documento propôs que o ensino fosse público, gratuito e laico, o que se desdobrava na responsabilidade do Estado sobre o dever de educar que até então era atribuído à família.

O Manifesto culminou com a elaboração de um “Plano de reconstrução educacional” o qual funcionou posteriormente como um instrumento de introdução da racionalidade científica no campo educacional, com sentido unitário e de bases científicas. O Plano de reconstrução se aproximava da idéia de um sistema educacional, isto é, a organização eficaz e coerente do conjunto das atividades educativas (SAVIANI, 2002, p.73).

Após esse plano de reconstrução foi aprovada a Constituição de 1934 e se ensaiou uma mudança no Brasil em relação à educação. Nesse período a obrigatoriedade do ensino foi posta como uma possibilidade concreta e essa nova ênfase mudou significativamente os rumos da organização escolar, concretizando alguns aspectos da proposta dos Pioneiros, tais como a gratuidade e a responsabilidade do Estado em relação à educação. Segundo Ribeiro (1998), essa Constituição apontou para uma reestruturação e uma nova compreensão da educação fixando metas quantitativas e qualitativas que deveriam ser atingidas pelos estados e municípios, indicando certa preocupação com a educação para todos.

A mesma Carta Magna previu a criação de um Conselho Nacional de Educação (CNE) que desempenhou a tarefa de elaborar um documento que ficou conhecido como “Código de Educação Nacional”. De acordo com Saviani (2002, p.74) o documento era revestido de controle político-ideológico exercido através da política educacional, mas que, entretanto acabou sendo deixado de lado com o advento do “Estado Novo” em 1937.

Ainda durante o Estado Novo, Saviani (2007) apontou que com o objetivo de reorganizar o sistema nacional de educação com vistas a adequá-lo à nova ordem econômica, caracterizada pela intensificação do capitalismo e pela urbanização-industrialização, foram aprovadas as Leis Orgânicas do Ensino. Para o autor, essas Leis também conhecidas como Reforma Capanema, foram a primeira intervenção efetiva do Estado na organização da educação brasileira.

Em relação ao ensino dos anos iniciais a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529/1946) determinava que este nível de ensino deveria oferecer às crianças uma “formação equilibrada” e o “desenvolvimento da personalidade” assim como elevar o nível dos conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. A escolarização primária foi dividida em fundamental e supletiva. A fundamental foi destinada a crianças de 7 a 12 anos, com duração de 4 anos para o curso elementar e um ano de curso complementar preparatório ao exame de admissão ao ginásio (BRASIL, 1946).

Subseqüente a esse momento, na década de 1950, a regra básica do capitalismo era deixar a cargo dos trabalhadores a luta pela reprodução da força de trabalho e para isso a educação se tornou condição indispensável. Eram exigidos melhores requisitos educacionais para a industrialização e modernização da economia. Assim, foi estabelecido claramente um vínculo entre escolaridade e trabalho, o que resultou num período marcado pela relação entre “Educação e Desenvolvimento”, isto é, para que o país se desenvolvesse economicamente era necessário que os trabalhadores tivessem uma melhor escolarização. Segundo Oliveira (2003, p.71) a maioria das políticas adotadas no contexto histórico citado tiveram como foco principal a relação entre formação e emprego.

Essa relação pode ser percebida nos textos da primeira LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que se concretizou no ano de 1961, mais especificamente em 20 de dezembro, a Lei nº 4.024. Segundo Saviani (2002, p. 273), a partir daí foi determinado que o ensino primário tivesse quatro anos de duração e ao terminar esta etapa de escolaridade o

aluno recebia um diploma de conclusão, o que de certa forma garantiu um avanço no que dizia respeito ao acesso à escolarização das camadas populares.

Outro momento de significativa importância para a educação brasileira ocorreu em 1962 e foi intitulado como Acordo Punta del Leste e Santiago. De acordo com Lima (1993), este acordo foi decorrente de uma reunião que contou com a participação de Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) para tratar de questões referentes “às ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos”. A reunião focava-se na situação política do governo de Cuba, que havia declarado adesão ao marxismo-leninismo, e nas alegadas ações contra países vizinhos. Após dez dias de discussões Cuba foi suspensa da Junta Interamericana de Defesa e da OEA, sendo que esta última decisão não contou com votos favoráveis dos maiores Estados latino-americanos. A partir desse acordo o Governo brasileiro firmou políticas que visaram colocar em prática as relações de mercado entre os Estados Unidos e o Brasil, amenizando possíveis tensões provocadas durante a reunião. Segundo Fazenda (1988), com esses acordos e com a introdução de tecnologia e capital externo, o país teve uma maior possibilidade de modernização e desenvolvimento, daí a importância dada à extensão da educação.

Fazenda (1988) afirmou também que o Governo brasileiro intercedeu por alguns convênios entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), tendo em vista a viabilização de algumas proposições econômicas e políticas previstas no acordo Punta Del Este e Santiago. A partir desses convênios o MEC deveria seguir algumas exigências da AID para o aperfeiçoamento da Educação no país. Segundo a mesma autora uma das primeiras medidas foi a reorganização do sistema educacional brasileiro, tendo como uma das principais metas a expansão quantitativa do ensino primário ampliando de quatro para seis anos a escolaridade.

Na vigência da LDB de 1961 também foram elaborados os Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSECs) que decorreram dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) que, segundo Saviani (2002), demonstrou a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento e ao desejo de desenvolvimento do país. Os planos sofreram uma revisão em 1965 quando foram introduzidas normas descentralizadoras que visaram a elaboração de planos estaduais para a educação. Em 1966, houve uma nova revisão dos planos que passou a ser intitulado Plano Complementar de Educação. além da alteração na denominação, o plano apresentou alterações na distribuição dos recursos federais destinados à educação. A idéia de que o Plano

fosse proposto em forma de lei ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro Encontros Nacionais de Planejamento, porém a iniciativa não chegou a se concretizar (SAVIANI, 2002).

A esse respeito Ribeiro (1998, p.199) apontou que as reestruturações no campo educacional brasileiro ocorridas nesse período estavam relacionadas aos interesses econômicos e tanto o analfabetismo quanto a baixa média de escolaridade (tempo de permanência na escola) eram obstáculos para o país atingir o desenvolvimento. Para a autora, as modificações na organização escolar atenderam muito mais à adaptação da sociedade brasileira ao desenvolvimento capitalista do que ao desenvolvimento social, propriamente dito, no sentido de melhorar realmente as condições de vida da população.

De acordo com Oliveira (2003) a educação neste período era apresentada como um investimento produtivo e a forma de organizar os sistemas de ensino se ajustavam às demandas do mercado de trabalho dentro do padrão de industrialização do país. Para a autora supracitada, as modificações legais ocorridas visaram transformar a educação em alavanca para o desenvolvimento econômico, como foi o caso do advento e aprovação, em 1971, da Lei 5.692 que consolidou a obrigatoriedade do ensino fundamental de oito anos, iniciando-se aos sete anos de idade. Segundo Oliveira (2003) a educação brasileira era vista nesse contexto histórico como uma atividade burocrática combinada a elementos de descentralização administrativa que visaram o crescimento na rede física do ensino público de forma desordenada e pouco planejada. Assim, a ampliação das vagas no ensino básico e a extensão da escolaridade não levaram necessariamente à melhoria da qualidade na educação.

O livro *O Golpe na Educação* (CUNHA, Luiz Antonio e GÓES, Moacyr de) mostra como foi o período da ditadura militar e como isso influenciou na área da Educação. Anterior a ditadura, a educação estava passando por mudanças, como a aprovação da Lei n.º 4.024, em 1961 que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. A nova lei aprovada apresentou mudanças como:

- Tanto o setor público como o setor privado têm o direito de ministrar o ensino em todos os níveis;
- O Estado pode subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais;
- A estrutura do ensino manteve a mesma organização anterior, ou seja:

- Ensino pré-primário, composto de escolas maternais e jardins de infância;
- Ensino primário de quatro anos, com possibilidade de acréscimo de mais dois anos para programa de artes aplicadas;
- Ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores);
- Ensino superior.
- Flexibilidade de organização curricular, o que não pressupõe um currículo fixo e único em todo o território nacional;

As mudanças aplicadas nesta época para satisfazer a necessidade educacional. A lei 4024/61 foi nomeada como LDB/61. Os ideais dos grupos que fizeram a LDB influenciaram diretamente o conteúdo. O grupo de esquerda defendia que a finalidade da educação era preparar o indivíduo para o bem da sociedade e que só o Estado deve educar. Já os liberais (centro/direita) defendiam os direitos naturais e que não cabe ao Estado garantí-los ou negá-los, mas sim respeitá-los. Após anos de disputa de ideais, o grupo liberalista acabou representando a maior parte do texto aprovado pelo Congresso.

A LDB/61 trouxe como principais mudanças a possibilidade de acesso ao nível superior, como foi apresentado no começo do texto, até a década de 30 a população das classes mais baixas não tinham qualquer possibilidade de frequentar o Ensino Superior; o egresso ao ensino técnico e a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais, num esquema de rígido controle do sistema educacional brasileiro. Com a demora para aprovação da LDB/61, a lei ficou desatualizada, e após sua aprovação surgiu no âmbito de políticas educacionais públicas, inseridas no cenário político de domínio militar.

A Educação como todos os outros setores brasileiros, sofreu mudanças a partir do golpe de 1964. Neste ano foi aprovada a Lei 5564/64, que trata sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Cunha coloca o Golpe em seu contexto histórico – político – cultural e social. O fato de os professores estarem sob constante perseguição política, houveram várias demissões, devido o caráter supostamente comunista do professor e/ou reitor. Com as demissões, os programas educacionais e sistemas educativos foram tomando um novo molde.

O Programa Nacional de Alfabetização, que utilizava o Método Paulo Freire, que o dirigia, foi liquidado. O Movimento de Educação de Base, desenvolvido pela Igreja Católica, principalmente no Nordeste, foi contido por todos os lados, tendo seu

material educativo apreendido, monitores perseguidos e verbas cortadas. Um oficial da Marinha de Guerra assumiu o “comando” da Secretaria de Educação do Município de Natal, ordenou abandono dos acampamentos e a incineração dos acervos da biblioteca. Na direção do sistema educacional, os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado. (CUNHA, 1985, pp. 37-38).

A Educação passou a ser vista como uma área de negócios. Os defensores da privatização na educação venceram juntamente com o golpe militar, e houve então um desaceleramento das escolas públicas. As verbas que antes eram destinadas as instituições públicas de ensino, agora eram destinadas as redes particulares de ensino, sendo que o governo golpista não precisou nem mudar as leis, apenas as usaram em proveito das escolas particulares. O Plano Nacional de Educação foi revisto pelo conselho e pelo governo golpista em prol a rede privada. Para as pessoas que não conseguiam vagas em escolar públicas, eram oferecidas bolsas de estudos por meio de agenciadoras. E não é somente no ensino fundamental que o governo se absteve, no ensino superior, a criação de universidades públicas teve uma freada e assim aumentou-se o número de procura por universidades particulares. Com essa facilitação, o governo não se via obrigado a manter o ensino público e gratuito de maneira satisfatória.

A renda entre os brasileiros é cada vez mais mal distribuída, e o governo explicava esta o fato dos ricos estarem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, a causa era a diferenciada escolarização, quando o que ocorria era justamente o contrário.

A educação moral e cívica havia sido banida da Constituição em 1946, porém durante a ditadura militar, esse tipo de educação voltou a ser obrigatória, sendo cargo ocupado geralmente por padres, freiras e militares (em cursos superiores). “O ensino da moral e do civismo teria por lema Deus, Pátria e Família, como a doutrina do integralismo, o fascismo brasileiro explicito dos anos 30” (CUNHA, 1985, p.74). A educação física foi reforçada para que os alunos não tivessem disposição para entrar para a política, e posteriormente os atletas poderiam servir as forças militares. A universidade também sofreu repressões fortes e o título do capítulo VI deixa bem claro: Universidade: modernizada, amordaçada e privatizada. Em 1968, a Lei 5540/68 criou o vestibular e, em 1971, surgiu a Lei 5692/71, conhecida também como LDB/71, cuja função foi atualizar a antiga LDB/61, como resultado do trabalho de membros do governo indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho.

A lei 5692/71 (LDB) Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Esta LDB definia os currículos como constituídos por disciplinas de obrigatoriedade nacional, escolhidas pelo Conselho Federal de Educação.

Além disso, os Estados podiam indicar disciplinas obrigatórias em suas jurisdições, sendo então uma falsa autonomia dos Estados, estavam sob rígido controle dos governos estaduais. Também na década de 1970, surgiu uma política de valorização do ensino técnico profissionalizante. Foi criado então, nesta época, as escolas de cunho técnico como o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) para fortalecer o crescimento industrial paulista, pela possibilidade de formação profissional.

Ainda tratando das mudanças ocorridas pela Lei 5692/71, a escola primária e o ginásio foram fundidos e denominados de ensino de 1º grau. O antigo colegiado passou a se chamar ensino de 2º grau. O ensino obrigatório estendeu-se, assim, para oito anos, embora as oito séries eram separadas nominalmente: as quatro primeiras séries continuaram a ser atendidas por um único professor para todas as disciplinas, não sendo exigido formação superior do educador, mas apenas formação para magistério em nível médio. As quatro séries finais do 1º grau (5 a 8 série) e o 2º grau permaneceram divididas em disciplinas ministradas por diferentes docentes, dos quais se exigia, ao menos formalmente, educação superior.

O final da década de 1970 e início de 80 foram marcados por uma grande crise econômica mundial. Os segmentos sociais denunciaram o caráter centralizado dos planejamentos que refletiam o padrão autoritário da política estatal. No Brasil, as lutas contra os ajustes estruturais convergiram com as lutas pela redemocratização do Estado, o que consequentemente desdobrou-se nas lutas populares pela democratização do ensino bem como pela superação do fracasso escolar. Segundo Oliveira (2003) ocorreram muitas restrições na instituição escolar, pois, além de não existir vagas para todos, o uso de métodos e avaliações autoritários restringiam a permanência da maioria dos alunos na escola, intensificando a cultura da repetência que impedia muitos alunos de concluir a escolaridade básica.

O final da década de 1970 e início de 80 foram marcados por uma grande crise econômica mundial. Os segmentos sociais denunciaram o caráter centralizado dos planejamentos que refletiam o padrão autoritário da política estatal. No Brasil, as lutas contra os ajustes estruturais convergiram com as lutas pela redemocratização do Estado, o que consequentemente desdobrou-se nas lutas populares pela democratização do ensino bem como pela superação do fracasso escolar. Segundo Oliveira (2003) ocorreram muitas restrições na instituição escolar, pois, além de não existir vagas para todos, o uso de métodos

e avaliações autoritários restringiam a permanência da maioria dos alunos na escola, intensificando a cultura da repetência que impedia muitos alunos de concluir a escolaridade básica.

Com a redemocratização do país ganharam força os movimentos sociais e políticos que visavam garantir mais do que o acesso à escola, já que lutavam por melhorias nas condições de permanência e qualidade do ensino. Dentro desse contexto, já em meados dos anos 80, como apontou Oliveira (2003), ganhou força no Brasil os intitulados Ciclos de Alfabetização. Essa mudança se caracterizou pela eliminação da seriação nos anos iniciais do ensino fundamental, estendendo para ciclos de dois anos a alfabetização que anteriormente se restringia a um único ano. Estes foram denominados Ciclos Básicos de Alfabetização e visavam entre outras coisas a extensão do direito à educação no Brasil.

Segundo Marin e Nascimento (2004), o ciclo básico foi uma estratégia de reorganização da escola inicialmente adotado por estados como São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Esta estratégia visava superar os problemas de desempenho escolar, ou seja, de repetência, defasagem e evasão dos alunos. Posteriormente a esse período, com a aprovação da Lei 9394-96, o governo estabeleceu o ciclo como uma possibilidade de organização do ensino em todo o país.

Antes, porém, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, foram fixadas leis gerais para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Outra modificação ocorreu quanto ao direito do acesso ao ensino que a partir daquele momento se tornou direito público subjetivo. Esta constituição ainda é a atual lei fundamental e suprema do Brasil e serve de parâmetro de validade a todas as demais regulamentações normativas, situando-se assim no topo do ordenamento jurídico nacional. Segundo Oliveira (2003) a Carta Magna consolidou ainda muitas conquistas no que se referiu à educação, na medida em que reconheceu a necessidade da inclusão progressiva da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, contemplando inclusive a gestão democrática.

Sendo assim, os sistemas escolares foram colocados e contextualizados, descreverei a seguir os grupos escolares, e da mesma maneira serão contextualizados, e será apresentado os relatórios da Delegacia Regional.

2 – O Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro na década de 1930

Para o capítulo reservado para esta década, foi feito o estudo dos relatórios da Delegacia Regional de Ensino, pois esta documentação mostra rico panorama da educação no Vale do Paraíba na década de 1930. Para o início deste capítulo farei uma breve introdução sobre a criação dos grupos escolares em São Paulo e o que a criação destes grupos representavam na sociedade.

Os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas. Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular.

Segundo Souza (2004), os grupos escolares constituíram um fenômeno tipicamente urbano, já que no meio rural ainda predominou as escolas isoladas por muito tempo. O Grupo Escolar foi uma escola eficiente para a seleção e a formação das elites. A questão do ensino para as massas populares só esteve presente na reforma paulista de 1920. Os grupos escolares também eram conhecidos como escolas graduadas, já que possuíam turmas seriadas.

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor. (SOUZA, 2004, p. 114).

O ensino primário era ministrado em quatro anos, com um programa enciclopédico com matérias que proporcionavam uma educação integral - a educação física, intelectual e moral. Previa a utilização do método intuitivo, o qual usava diversificados materiais didáticos, laboratórios e museus. Exigia-se uma rígida disciplina dos alunos (assiduidade, asseio, ordem, obediência, etc.). O tempo escolar passou a ser controlado através do calendário. Havia também práticas “ritualizadas” e “simbólicas”, como os exames finais, as exposições escolares, as datas cívicas e as festas de encerramento do ano letivo. A escola graduada foi também responsável por gerar novos “dispositivos de racionalização administrativa e

pedagógica”, necessários para o desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente nos processos de urbanização e industrialização. Foi ainda um projeto cultural a favor da nação, o qual educava mais do que instruía.

Ela reportava a uma clara concepção de ensino; educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico – patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade. (SOUZA, 2004, p. 127).

Para compreender o funcionamento Grupo Escolar na cidade de São Luiz do Paraitinga, foram utilizados seis relatórios que mostram o funcionamento educacional na região de Taubaté e por serem cidades próximas mostra também o grupo escolar Coronel Domingues de Castro.

Ao analisar os Relatórios da Delegacia de Ensino, pesquisei sobre o momento histórico para me situar no ano em que o relatório foi escrito.

Os relatórios disponibilizados para a pesquisa partem do ano de 1934, e por isso fiz uma breve retomada na história política do país nesta época para compreender alguns fatos descritos nos relatórios.

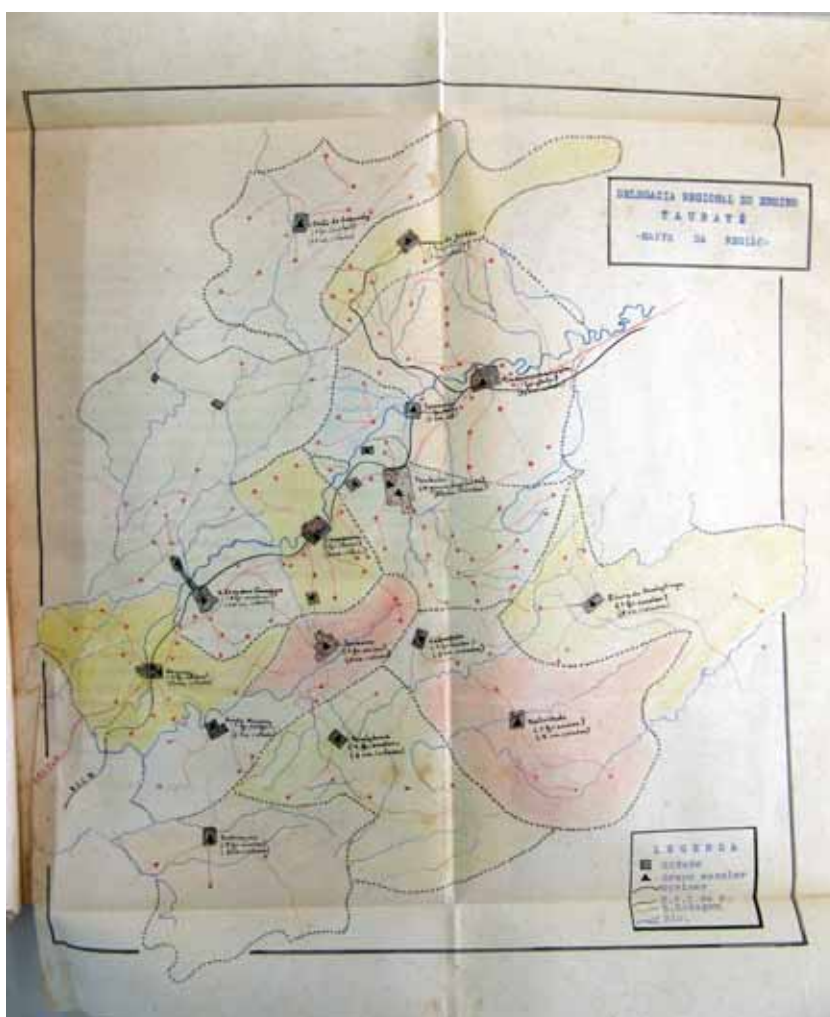
No Estado Novo (1937 à 1945) o Brasil passou a seguir os regimes fascistas europeus. Com isso a educação passou a ter um papel transmitir uma ideologia nova, a ideologia do novo governo nos moldes europeus. A política educacional direcionava-se para a formação de uma força de trabalho moldada para as necessidades da modernização da economia brasileira, nesse contexto encontraram especial destaque as disciplinas de ensino cívico e educação física, fazendo com que na escola se trabalhasse com a disciplina, o controle corporal e ideológico.

A criação de leis para ampliar as políticas educacionais vieram primeiro evidenciadas na Reforma de Capanema e depois houve a criação de várias leis que foram denominadas Leis Orgânicas de Ensino. Estas leis possibilitaram o estabelecimento de diretrizes acerca de todos os níveis e ramos da educação nacional. Destacando algumas mudanças educacionais, pode-se citar que o ensino primário e normal, que, até então, haviam sido relegados à alçada dos governos estaduais. Com o conjunto de Leis Orgânicas e as legislações complementares trouxeram o dualismo do sistema educacional brasileiro de volta, onde as camadas mais altas da população buscavam o ensino secundário, buscando o preparo para o nível superior

enquanto as camadas mais baixas buscavam apenas a escola primária e profissional, que visava suprir a necessidade de mão de obra imediata.

Ao analisar de 1934, na sua primeira página, faz-se um relato sobre aspectos físicos da região de Taubaté, como seus limites, relevo, serra, rios, clima, meios de comunicação, rodovias e etc. A seguir, no título distritos escolares, aparecem os grupos escolares agrupados por região, a cidade sede e ainda a pessoa responsável pela sua inspeção. Sendo de interesse para este trabalho o Distrito escolar a cargo do inspetor Pergentino Marcondes Oliveira. A sede é a cidade de Taubaté (28 unidades); São Luis do Paraitinga (13 unidades); Paraíbuna e Natividade (16 unidades), e distrito de Paz de Redenção (4 unidades) num total de 72 unidades.

O relatório de Taubaté compreende os Municípios de Taubaté (sede), Caçapava, Jacareí, Jambeiros, Natividade, Paraibuna, Pindamonhangaba, Redenção, Salesópolis, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga e Tremembé, e a prefeitura Sanitária de Campos do Jordão.



Mapa da região de Taubaté, RT 1934.

O RT 1934 (Relatório de Taubaté), destina um capítulo para apontar a melhoria no Ensino Primário, apontando a ação docente como grande empecilho nesta faixa etária, e que o Governo Estadual deveria prestar atenção neste aspecto. No Ensino Secundário, mudanças são apontadas como necessárias, como por exemplo a necessidade de um inspetor especializado, corpo docente escolhido a partir de provas de verificação e direção das normas livre esclarecidas.

O relatório do mesmo ano aponta as escolas de todos os níveis que foram visitadas e o custo das visitas, mostra ainda um relato sobre a história nas escolas particulares, uma relação das pessoas que se aposentaram dentro dos grupos escolares, as organizações auxiliares da escola (cinema, associação de pais e mestres, dentista e etc) pelo que foi encontrado neste relatório se instalavam em apenas algumas cidades como Taubaté, São José dos Campos, Campos do Jordão entre outras.

O número de escolas que as cidades possuem também estão presentes em um quadro com as demais cidades, sendo importante para esta pesquisa notar que a cidade pesquisada possuía 5 escolas urbanas e 2 escolas na Vila São Pedro. O número de classes também é apresentado sendo a escola “Coronel Domingues Castro” possui 5 classes. O prédio do Grupo Escolar era do Estado, sendo apontadas algumas melhorias do ponto de vista físico da escola, mudanças como: telhado, encanamento, retoques no forro e assoalho e ainda fazer uma pintura geral.

Já no Relatório de Taubaté de 1935, em primeiro momento, mostra os prédios escolares, sendo observados os prédios escolares urbanos do município de São Luís do Paraitinga. Sua situação foi descrita como:

O grupo escolar “CORONEL DOMINGUES DE CASTRO” – Em dois pavimentos, com 8 salas de diferentes dimensões, sendo a menor de 8,0 por 5,0, próprio do Estado, adaptado, com lotação para 336 alunos, em um período, como funciona; boa construção, e regular estado de conservação, necessitando porém, de grandes reformas, principalmente de construção de privas e rede de esgoto e água.

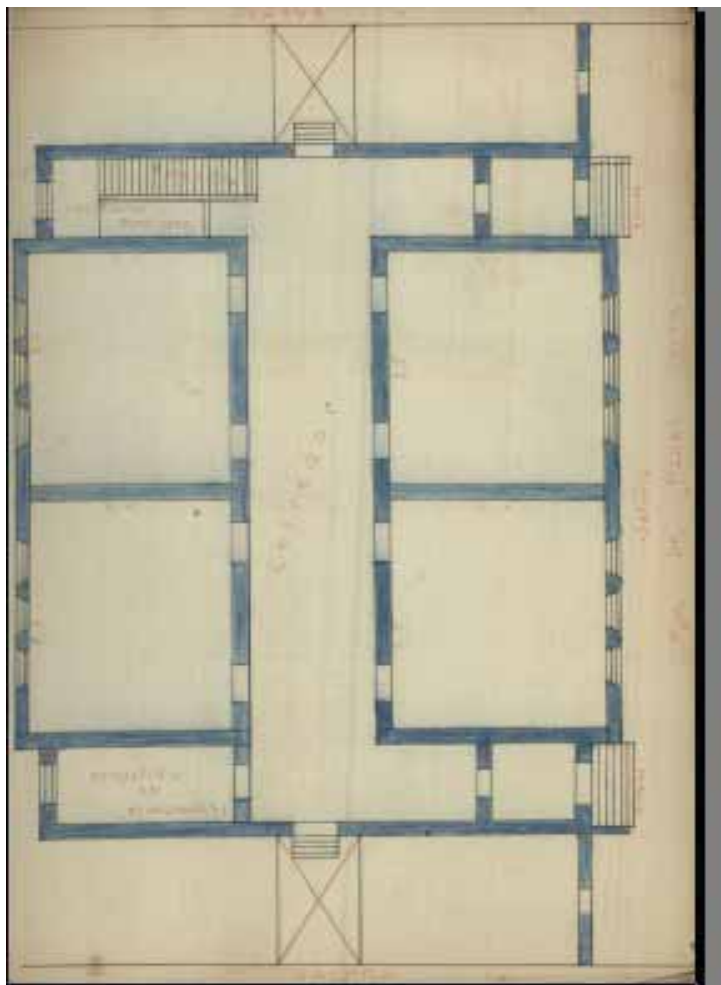
Sendo consideradas estas informações, a reforma mais urgente é a sanitária. Após o relato da cidade de São Luís do Paraitinga, as demais cidades passam pela mesma análise. O ensino rural também aparece explicado em cada município, e neste pesquisado, há possibilidade de instalação de uma granja escolar no bairro dos Fortes, onde há escola provida. O relatório mostra diversas funções da escola, entre elas o de oferecer serviços dentários sem custo a população carente e consultas médicas, porém somente as escolas de cidades maiores possuíam os consultórios. Na parte administrativa, o relato é de dificuldade em administrar a

região que é consideravelmente grande, aponta também a dificuldade de dar a assistência necessária a todos os professores, ainda mais os professores de escolas rurais afastadas que não tinham condições de participar das palestras pedagógicas e ainda dificuldade em efetuar os pagamentos que aconteciam em dias diferentes. São apresentadas diversas tabelas com conteúdos das diversas regiões, em geral são quadros da situação financeira dos grupos escolares.

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE TAUBATÉ			
A SITUAÇÃO ACTUAL DAS CAIXAS ESCOLARES consta do quadro abaixo:			
Nº	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	SALDO
1	CAJAPAVA. . . .	Gr. Esc. "Ruy Barbosa.	1:492\$100
2		Gr. Esc. de Gumbiriz	305\$300
3	CAMPOS DO JORDÃO	Grupo Escolar de C. de Jordão .	325\$900
4	JACAREHY. . . .	Gr. Esc. "Cel. Carlos Porto". . .	2:741\$050
5		2º Grupo Escolar de Jacarehy. .	777\$900
6	JAMBEIRO. . . .	Grupo Escolar de Jambreiro . . .	165\$700
7	NATIVIDADE. . .	Grupo Escolar de Natividade . .	729\$880
8	PARANHANA. . .	Gr. Esc. "Dr. Cerqueira Cesar". .	270\$600
9	PINDAMONHANGABA	Gr. Esc. "Dr. Alfredo Pujol". . .	14\$300
10	REDENÇÃO . . .	Grupo Escolar de Redenção. . .	3:417\$530
11	SALLESÓPOLIS. .	Grupo Escolar de Sallesópolis .	795\$000
12	SANTA BRANCA. .	Grupo Escolar de Santa Branca .	1:551\$200
13	S. Benta SAPUCAHY	Gr. Esc. "Cel. Ribeiro da Luz". .	2:265\$000
14	S. JOSÉ CAMPOS.	Gr. Esc. "Olympio Caião".	1:176\$400
15		2º Grupo Escolar de S. J. Campos.	891\$900
16		Gr. Esc. de Eugenio de Mello. .	204\$500
17	S. LUIS PARANH. .	Gr. Esc. "Cel. Domingues Castro" .	258\$500
18	T A U B A T É .	Gr. Esc. "Dr. Lopes Chaves". . . .	3:985\$900
19		Gr. Esc. "Dom Pereira de Barros".	749\$150
20		Grupo Escolar de Quiririm . . .	922\$900
21	TREMEMBÉ. . . .	Grupo Escolar de Tremembé . . .	215\$500
TOTAL			23:072\$210

Relatório de Taubaté 1935.

O relato financeiro continua no que diz respeito aos prédios escolares, dizendo que o melhor seria um investimento para a compra dos prédios que eram alugados e uma verba extra para construção de escolas isoladas, que até então eram construídas em fazendas particulares e muitas vezes pelos próprios fazendeiros. A seguir o relatório mostra a planta de todos os grupos escolares da região, algumas mais detalhadas que as outras e uma foto do prédio do grupo escolar.



Planta do Grupo Escola em São Luiz do Paraitinga (RT 1935).

A região do Vale do Paraíba foi dividida em três distritos, sendo eles:

1º Distrito: Taubaté (sede), São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra e Natividade da Serra.

2º Distrito: São José dos Campos (sede), Salesópolis, Santa Branca, Jacareí, Jambuí e Paraíba do Sul.

3º Distrito: Pindamonhangaba (sede), São Bento do Sapucaí, Campos do Jordão, Tremembé e Caçapava.

Cada distrito contava com um inspetor de ensino. Alguns relatos sobre os professores e mais prestações de conta foram apresentadas no relatório, seguidos de tabelas sobre alunos matriculados nos grupos escolares, a frequência e comparações com gráficos de relatórios passados.



Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro em 1935 (RT1935).

O Relatório de Taubaté de 1937 começa com um relato do inspetor de ensino dizendo o que foi feito durante o ano detalhadamente cada mês. Cada cidade tem um auxiliar de inspeção, menos as cidades sede, mostrando isso ser um impasse para a realização de um trabalho melhor nas cidades sede. Em vários momentos a função de inspetor é exaltada nos relatórios, sendo colocada como essencial para o bom funcionamento dos Grupos Escolares.

O relatório mostra a divisão das regiões para inspeção, sendo a cidade de São Luiz parte do primeiro distrito, fazendo parte também Taubaté, Redenção e Natividade, e totalizavam 149 unidades, sendo 105 estaduais, 23 municipais e 21 particulares. Nas reuniões mensais dos inspetores, os participantes visavam dar atividade a escola, concretizando-se o ensino, ainda que se trate, como em aritmética, de ciências abstratas.

Os prédios e toda a estrutura física são citados e o que não foi considerado adequado foi trocado de acordo com o relatório. A maior dificuldade se encontrava na demanda de material escolar para as zonas isoladas, indicando que para sanar o problema deveriam enviar matérias no início do ano e nas férias do meio de ano. Os livros para leitura durante o ano foram decididos em reuniões e o pedido encaminhado ao Almojarifado.

A organização pedagógica comum entre as cidades, cita que antes do início da matrícula, os diretores e professores devem fazer propaganda e depois recenseamento da população escolar; as matrículas são feitas com aproximadamente 4 a 5 alunos a mais, só sendo permitida a matrícula de novos alunos quando a classe ficar com o número de matrículas estiverem na

lotação real; quando não há mais vagas nas escolas, dá-se preferência a idade cronológica avançada entre outras coisas.

Na escola isolada foi apresentado pelos inspetores um processo de renovação didática, entre as escolas que aderiram a essa nova didática está a de São Luiz do Paraitinga. A alfabetização e promoções dos alunos aumentaram no ano de 1937, e um dos motivos citados é pela presença continua do professor em sala de aula e nas palestras pedagógicas. A educação moral e cívica começa a ser trabalhada nas regiões do Vale, sendo feito de acordo com o que é chamado no relatório “a visão do pequeno mundo infantil”, fazendo sempre a associação das imagens adquiridas aos acidentes e aos fatos. A educação física é feita de maneira inapropriada pelos professores de classe sem formação em educação física.

A educação pré-primária é inexistente na rede pública de ensino, sendo atendida somente na rede particular de ensino; sendo colocada essa etapa de escolarização com pouca ou quase nenhuma importância.

O prédio do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro é de propriedade do Estado, situa-se na Rua Conego Costa Bueno, nº3; conta com seis salas de aula com lotação para 480 alunos. Relata-se que o prédio esta em 1937 em péssimas condições e necessita de reforma. O quadro de funcionários conta com 1 diretor, 6 adjuntos com classe, 4 substitutas efetivas, 1 porteiro e 2 serventes. A formação do professor do primário é muito criticada, assim como as provas de admissão são colocadas como facilimas o que dificulta depois para o aluno que ingressa no curso profissional.

MUNICIPIO DE SÃO LUIZ DO PARANHATINGA																			
Nº	ESTABELECIMENTOS	MATRICULA						PORCENTAGEM		PROMOVIDOS					FREQ. MÉDIA			Nº de alunos	OBSERVAÇÕES
		G.eral			Efectiva			Promoção	Alphab.	1º	2º	3º	4º	Total	Mês	Sem.	Total		
		Mês	Jun.	Total	Mês	Jun.	Total												
<u>GRUPO ESCOLAR</u>																			
1	Grupo Escolar "Cel. Domingues Castro"	141	143	284	91	105	196	67,7	45,2	33	43	32	15	123	82	94	176	6	
		141	143	284	91	105	196	67,7	45,2	33	43	32	15	123	82	94	176	6	
<u>ESCOLAS ISOLADAS</u>																			
1	Escola m. rur. St. dos Alverengas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	Não funcionou.
2	Escola m. rur. do St. do Rio Abaixo	37	20	57	22	10	32	60,8	63,1	12	5	-	-	17	23	8	31	1	
3	Escola m. rur. do St. do Rio Claro	40	24	64	19	12	31	40,0	41,1	10	4	-	-	14	17	10	27	1	
4	Escola m. rur. do St. de São Pedro	23	19	42	20	14	34	92,9	95,8	7	10	6	-	23	17	14	31	1	
5	Escola m. rur. do St. do Chapéu	33	26	59	19	15	34	87,5	50,0	13	7	-	-	20	18	20	38	1	
6	Escola m. rur. do St. dos Fortes	14	20	40	12	10	30	70,0	63,6	14	7	-	-	21	10	17	27	1	
7	1ª Esc. m. rur. St. S. Cruz do R. Abaixo	36	29	65	21	16	37	72,9	50,0	10	13	4	-	27	18	16	34	1	
8	2ª Esc. m. rur. St. S. Cruz do R. Abaixo	25	21	46	17	17	34	80,6	62,5	10	7	8	-	25	17	15	32	1	
		208	185	393	130	102	232	63,0	53,2	76	53	18	-	147	120	100	220	8	
<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>																			
1	Escola m. rur. St. dos Tablancos	25	20	45	13	10	23	57,7	53,8	14	1	-	-	15	10	14	24	1	
		25	20	45	13	10	23	57,7	53,8	14	1	-	-	15	10	14	24	1	

Quadro de funcionamento (RT 1937).

O Relatório de Taubaté de 1938 começa da mesma maneira dos outros, situando quais cidades estão englobadas no relatório e sua divisão em distritos. De acordo com o delegado de ensino há a necessidade da criação de um quarto distrito para a melhor divisão das cidades. O trabalho dos inspetores de ensino é muito elogiado assim como dos diretores, sendo ressaltado sempre a importância dos mesmos para a evolução dos resultados apresentados neste ano de 1938. Neste ano foi proposto um curso de férias para os professores das escolas rurais, porém a organização não foi adiante pois não houveram inscrições. Foram feitas várias reuniões pedagógicas com assuntos levantados pela Delegacia de Ensino. No decorrer do ano houveram diversas iniciativas positivas, como a criação de um jornal em Taubaté e a

colocação de um consultório de dentista no grupo escolar de Campos do Jordão, porém nenhuma iniciativa foi feita na cidade de São Luiz do Paraitinga. Relata-se os gastos com visitas dos inspetores, gastos com reformas nos prédios e as festividades das escolas, entre elas destacando as festas com conteúdos da disciplina de educação moral e cívica ressaltando ainda que foi feita uma campanha anti comunista e uma campanha de vacinação anti varíola. Algumas escolas foram transferidas porém nenhuma no município de São Luiz do Paraitinga, foi feito um relato sobre as mudanças necessárias nas escolas urbanas, e novamente o município alvo deste trabalho não foi citado. Há diversos relatos dos diretores divulgando o possível motivo do fracasso na alfabetização da criança, sendo a maioria ligado aos professores, ou ainda a deficiência nos prédios dos grupos escolares, que por diversas vezes tiveram o funcionamento interrompido atrapalhando o rendimento dos alunos. O 1º distrito do qual o grupo escola Coronel Domingues de Castro faz parte apontou alguns fatos como principais vilões para a não aprendizagem das crianças, entre eles: a ineficiência dos professores cansados ou doentes, a falta de apoio mais constante da parte dos administradores de ensino, instabilidade das matrículas, o alto número de falta dos alunos, o constante deslocamento dos professores comissionados, entre diversos outros motivos.

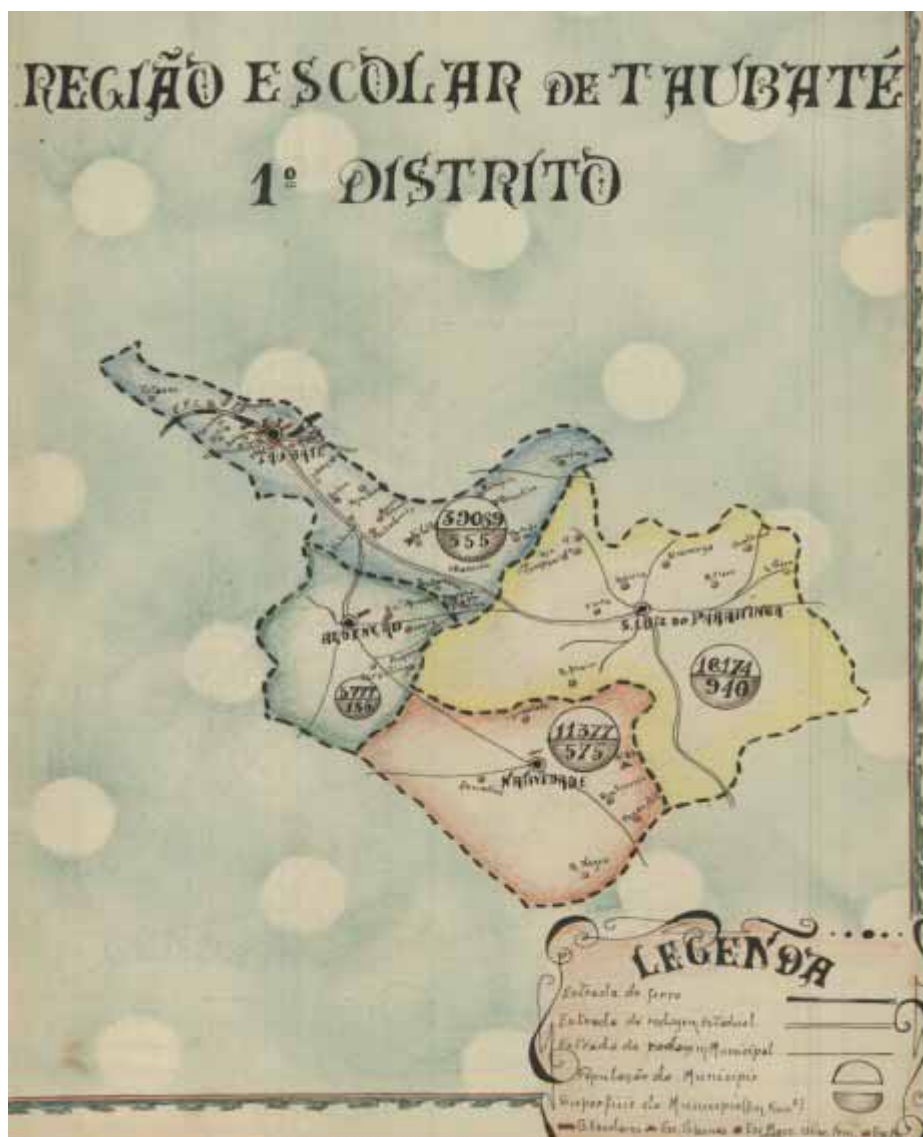
O prédio do grupo escolar desta pesquisa novamente foi descrito como estando em péssimas condições juntamente com o prédio do grupo escolar na cidade de Salesópolis. As escolas rurais foram melhoradas com diversas construções e adaptações de prédios para o melhor funcionamento das escolas. As reuniões pedagógicas mensais sofreram mudanças no que diz respeito a sua organização, as reuniões agora eram temáticas e o tema era escolhido pela Delegacia, sendo a participação dos professores maior, pois tinham que escrever sobre os temas nas reuniões, sendo isso muito elogiado pelo delegado de ensino.



Relatório de Taubaté 1938.

Como de praxe, o relatório é finalizado com uma série de tabelas que mostram desde número de matriculados, a frequência dos alunos e a admissão, até o nome das professoras que trabalham em cada grupo escolar e se a mesma é substituta ou não. Na figura acima mostra um panorama do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, com diversas informações já citada anteriormente.

O Relatório do ano de 1940 começa com um belo mapa escolar da região:

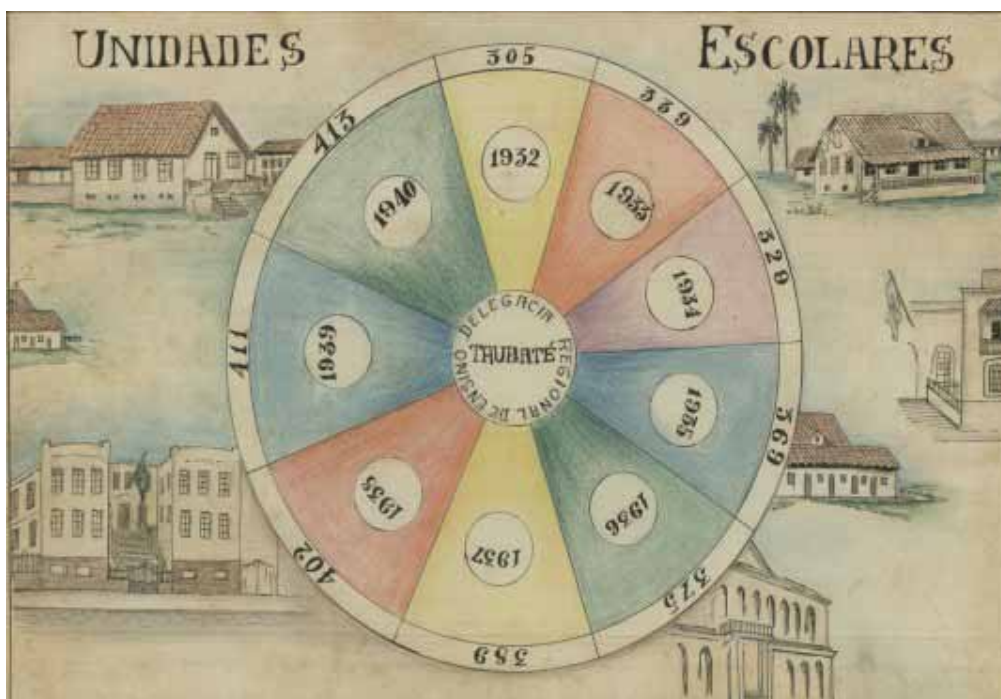


Relatório de Taubaté 1940.

Como de praxe o relatório de Taubaté de 1940 começa com dados geográficos da região englobada pelos relatos, assim como a descrição das atividades feitas durante todo o ano letivos separadas pelos meses do ano. O primeiro distrito do qual a cidade de São Luiz do Paraitinga faz parte conta com 8 grupos escolares contendo 69 salas, 5 escolas urbanas, 43 rurais, 8 municipais e 10 particulares. Há ainda 1 escola normal municipal, 1 ginásio estadual e 2 ginásios particulares. O papel do diretor parece não ser visto com bons olhos, recebendo críticas quanto a capacidade de fazer suas obrigações quanto auxiliares dos inspetores, fazendo então somente a parte administrativa da escola. Ao que se diz respeito ao prédio do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, já citado em outros relatórios, relata-se que a Delegacia de Ensino vem se empenhando para a modernização dos famosos pardieiros da Região. Mais uma vez aparecem reclamações quanto ao trabalho do inspetor, que se queixa da

grande quantidade de grupos escolares destinados a cada inspetor e o número excessivo de atividades destinadas a estas pessoas. A alfabetização e admissão dos alunos também é citada, colocando as possíveis causas para a dificuldade de aprendizagem, nas escolas rurais colocam a culpa na falta de condições financeiras, administrativas e higiênicas para a não aprendizagem dos alunos; já nos grupos escolares a culpa para o fracasso escolar estava pautada nas escolhas que a escola fazia, como a distribuição dos alunos em sala de aula não respeitando as especificidades dos alunos. O número de escolas é apontado como motivo para os alunos ficarem menos tempo em sala de aula, o “tresdobramento” do período escolar faz com que os alunos tenham apenas 3 horas voltadas para atividades dentro da sala de aula. Há reclamações sobre a formação do professor e também sobre o modo como as crianças estavam sendo avaliadas, cobrando uma postura mais rígida quanto as avaliações. A educação moral e cívica é vista como essencial para “afastar certas influencia alienígena”, fazendo com que as crianças aprendam mais sobre costumes, tradições e influencias somente brasileira (fazer propaganda do que é nosso). A educação física nesta época ainda não havia evoluído, eram apenas jogos ginásticos muitas vezes sem orientação alguma de um professor especializado, ficando a aula sob o comando de militares que faziam treinamentos durante meses para os desfiles cívicos. A educação pré-primária ainda é quase inexistente, nas instituições particulares não obedecem as normas pedagógicas. O trabalho infantil era uma realidade que fazia com que a escola se adaptasse, sendo o horário e as férias dessas crianças diferente das outras. As escolas livres normais são vistas com maus olhos pelos inspetores, sendo ela fruto da falta de escolas para formação dos professores e bacharéis, sendo o ensino de má qualidade e as preocupações quanto a isso grandes.

Após fazer como nos outros relatórios uma descrição das dificuldades encontradas por estagiários para se fixar nos lugares, pela falta de conforto e acompanhamento dos iniciantes em sua conduta escolar, muitas vezes os professores das escolas isoladas logo abandonam a sala de aula e com isso os alunos também se prejudicam. Outro dado sempre mostrado nos relatórios são os números matrícula, frequência, rendimento, criação de novas escolas e novas classes. Ao finalizar o relatório são mostradas diversas tabelas com os números de matrícula tanto de homens como de mulheres, há também tabelas para gastos financeiros, mostrando anos anteriores ao do relatório e a evolução financeira dos Grupos Escolares.



Relatório de Taubaté 1940.

Já no relatório de 1942, os capítulos que o compõem foram analisados e entre os títulos estão: Matrícula, frequência e eliminação; O rendimento escolar em seu triplice aspecto: professor, escola e aluno; O programa e o horário escolar; Organização de classes; A alfabetização escolar entre muitos outros capítulos a serem mostrados neste capítulo.

Foi citado no Relatório da Delegacia Regional de Ensino no ano de 1942, a Reforma Rocha Vaz, que ocorreu em 1925, tentou romper com a idéia dos preparatórios ou parcelados, deixando, como única opção educativa, o modo de ensino seriado, e forçando a continuidade e a articulação dos estudos obrigatórios. Mostrarei a seguir o relato sobre esta reforma:

Pelo Ato de 19/02/1925 e, posteriormente em abril de 1935, a Secretária da Educação resolveu aprovar e mandar observar nos grupos e escolas do Estado, os programas de ensino ainda hoje em uso. Esses programas, que receberam as luzes de grandes mestres do ensino paulista, vêm preenchendo cabalmente seus fins: o de orientar o professor na distribuição das matérias no decorrer do ano letivo. (Nas mãos do professor diligente, esforçado e entusiasta, ele tem sido e sempre será elástico).

Após delatar como a Reforma agiu dentro do ambiente escolar da região do Vale do Paraíba, o delegado responsável pelo relatório reflete sobre a elasticidade dos professores em todos os âmbitos, a dificuldade de trabalhar nas zonas rurais também é algo bastante citado ao decorrer do relatório, como estas limitações influenciam no trabalho docente, as mudanças ocorrem tanto em função do horário por conta de meios de transporte dos professores como por época de trabalho infantil, como nas colheitas, muito comuns na região.

As classes eram separadas por: nível mental e social do aluno, idade, notas de aprovação e etc. Segundo o RT 1942: “Na região determinamos que as classes adiantadas funcionassem no 1º período. Em geral, as crianças – meninos e meninas- ajudam muito mais os pais no período da tarde”. Esta fala mostra como a escola nesta região era algo muito particular, levando em a comunidade em que estava inserida, devemos pensar também no contexto histórico deste relatório.

Em relação a alfabetização, relatou-se que devido problemas de caráter social entre outros, a alfabetização deixou a desejar, dizendo que quando muito contornavam alguma situações mas não conseguiam dar conta de tantas dificuldades.

Na área rural, as escolas transcorreram com normalidade, quando havia algum problema com o aluno, a escola se dispunha a conseguir vaga em outro escola, porém o assistencialismo a nestas áreas muito necessitadas não houve melhoria, sendo que segundo o relatório : “o professorado rural vai enfrentando por assim dizer, quase sozinho, os percalços do “hinterland”: - pensão, sala de aula, condução, falta de conforto, tudo isso aliado é proverbial displicência do nosso caboclo, de quem tudo se tira e quasi nada se lhe dá”. O relatório fala também que o professor deve ser o mestre também dos pais, para mostrar que há condições necessárias para a vida digna ser vivida. O relatório mostra que além do ensino a escola era responsável por manter alimentar as crianças, chegando até a fazer uma parte do relatório chamada ensinando a comer, pois na escola eram apresentados alimentos que a criança nunca antes poderia ter comido em seu lar.

No ensino pré-primário em 1942, na escola pública, este ensino era visto como apenas recreação, de entretenimento, sem outra qualquer finalidade, mesmo por que para trabalhar nesta faixa etária da educação infantil não era necessária um formação acadêmica, ao contrario das instituições particulares, na qual o ensino pré-primário é levado a sério. Os prédios especiais para essa faixa etária eram quase inexistentes, devido o alto valor do mobiliário e material didático adequado, havendo apenas raras exceções que haviam o “jardim de infância”, dizendo ser apenas um local onde os alunos até sete anos de idade se encontram, segundo o relato “para sossêgo dos pais ou para completarem a idade exigida para matricular nos grupos escolares”.

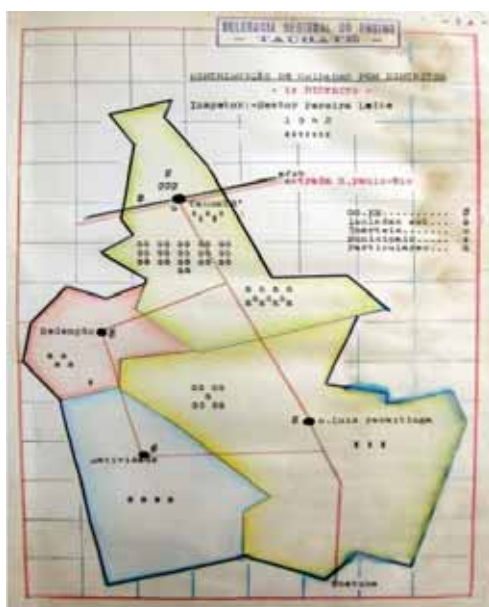
Na região do Vale do Paraíba no ano de 1942, o Ensino Supletivo está a cargo das escolas noturnas municipais e professores interinos ou comissionados em quartéis do Exército e da Força Pública, sendo nesses ambientes a educação era quase inexistente, o regime era

realmente de quartel. Nas escolas municipais, a Delegacia de Ensino pode entrar em entendimento com a Prefeitura, no que se diz respeito a fiscalização orientação e inspeção.

O ensino municipal deste ano, de acordo com Almeida Junior, ex diretor geral do Departamento de Educação, dizendo que o ensino municipal do Vale do Paraíba não havia sido louvado pela administração do Estado. Em matéria de educação, o Município, inegavelmente, nada ou quase nada tem feito. Segundo RT 1942: “as Prefeituras Municipais, obrigatoriamente, manter a maquina escolar moldada em leis e regulamentos e não calcadas em interesses pessoais, partidários ou regionais”.

Não citarei aqui o relato sobre o ensino particular, por que na cidade de São Luiz do Paraitinga, não há este tipo de ensino.

O ensino religioso acontece sem maiores problemas na Região, pois a sua grande maioria é católica. A assistência a escola ainda não esta resolvida, os tresdobramentos, as deficiências de instalação, e até certo ponto, a displicência de alguns diretores, como no caso de São Luiz do Paraitinga, relegaram as necessidades da criança, porém não é algo generalizado em algumas cidades do Vale. Na parte de saúde, o relatório diz que as crianças, da zona urbana a zona rural, recebem as vacinas e as demais doses necessárias para a saúde da criança. Para as crianças menos abastadas, os estudantes fizeram a campanha do agasalho, e o relatório mostra várias notas sobre esta campanha de agasalho da camisa flanelada.



(Distribuição das unidades- Relatório de Taubaté 1942)

3- O período final do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro



Grupo escolar Coronel Domingues de Castro 1916 (RT 1934).

Será apresentada primeiramente a história do grupo escolar e posteriormente, ao pensar no grupo escolar alvo desta pesquisa, notei a necessidade de entender como acontecer a formação destes grupos, pois o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro não é isolado dos demais grupos brasileiros.

Por deliberação do Conselho Superior de Instrução Pública, foi criado o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, em 9 de novembro de 1894. Sua instalação se realizou em 24 de novembro de 1895.

Concluídos os primeiros trabalhos de organização, foi nomeada diretora interina, por indicação da inspetoria literária, a professora normalista D. Afra da Costa e Silva. A princípio, o grupo funcionou em prédio alugado pela municipalidade, mas depois foi transferido para prédio próprio, situado na rua Cônego Costa Bueno, adquirido e adaptado pelo governo estadual, graças aos esforços do Coronel Manoel Bento Domingues de Castro, deputado no Congresso Legislativo do Estado. Até o ano de 1908, o número de matrículas havia oscilado entre 200 e 280 alunos, com a pequena média anual de frequência de 150 a 180 alunos.

Em 1960, consta ter passado a Ginásio Estadual, e em 1976 o grupo fundiu-se com o Colégio Estadual Monsenhor Ignácio Gióia, constituindo a EEPSG Cel. Domingues de Castro, situada na av. Celestino de G. Coelho. Atualmente, a escola oferece Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), Ensino Especial (Def. Mental) e Jovens/Adultos – Ciclo II (5ª a 8ª série).

Para debater este tema utilizei o autor Luciano Mendes de Faria Filho. O livro estudado para este projeto é *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Apesar de a temática ser voltada para a cidade de Belo Horizonte, o livro serviu como inspiração no modo de dissertar sobre o assunto, a temática abordada e o modo como o autor aborda, servem de modelo para a elaboração dos textos presentes neste projeto. O olhar do pesquisador sobre os documentos do Arquivo Público resgatou a vivacidade daquele olhar da meninice, ao focalizar, sobretudo, os sujeitos, suas ações no interior da escola e suas representações sobre ela. Pode observar que em vários momentos a realidade da cidade de Belo Horizonte se mostra também em outros Estados:

A adoção do grupo escolar como representação da nova forma escolar construía e se impunha e a conseqüente crítica às escolas isoladas implicaram a construção de novos “espaços” escolares, de novos monumentos que materializassem e dessem visibilidade aos novos signos políticos, culturais e aos novos tempos que se pretendia instaurar. (FARIA FILHO, 2000, p.62).

A nova realidade da formação de grupos escolares como uma nova forma de se ver o ambiente escolar que construía e se impunha como um espaço único voltado para a educação. O espaço ocupado/usado pelas escolas isoladas tinham origem para atender diversos tipos de público, como ambiente doméstico ou religiosa, culturas que faziam parte do dia a dia escolar, trazendo com isso uma simbologia diferente, valores diferentes do grupo escolar. A construção em si foi uma forma de distanciamento simbólico e material da vinculação da escola com o mundo público e urbano.

Os grupos escolares paulistas, segundo Souza (2004, p.113) apresenta que a criação dos primeiros grupos escolares em São Paulo aconteceu em 1893, a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade. Esses grupos escolares, também chamados de escolas-modelo, começaram a funcionar nos centros urbanos da capital e das cidades do interior.

Os grupos escolares foram criados a partir da necessidade educacional, que até então não tinha sido requerida pela população. As instituições eram destinadas a atender a educação pública, em especial o ensino primário. Foram criados em nosso país no final do século XIX e início do século XX. A partir de 1971, com a Lei 5.692 (LDB), essas escolas perderam o

título de grupos escolares, tendo seu currículo de ensino alterado passando a atender as instituições de primeiro grau.

A idéia da educação pública está diretamente relacionada aos ideais republicanos. A partir do contexto histórico apresentado, entende-se a construção histórica da identidade dos grupos escolares e verifica-se o que ocorria na sociedade brasileira, em especial na sociedade paulista e nas cidades do interior que fez com que a mudança de percurso da educação brasileira fosse possível, e além de exigir as mudanças educacionais, a sociedade entendeu todas as necessidades nesta área, o que fez com que os governos se preocupassem com a educação no final do século XIX, momento em que foram criados os primeiros grupos escolares de ensino público. Neste momento da história da educação brasileira os grupos representavam a excelência da educação pública no Brasil, em termos de estrutura e organização (SAVIANI, 2005).

A necessidade de se resgatar a história dos grupos escolares dentro de um contexto social está relacionada ao fato de que as mudanças sociais e econômicas foram responsáveis pelas mudanças educacionais. Os grupos escolares foram sendo criados para atender as necessidades sociais de se implantar uma educação pública no Brasil.

Conhecer a história da criação dos grupos escolares nos permite entender melhor como se organizava a educação no século XIX anterior a criação destas instituições de ensino. Segundo Saviani (2004, p.17) “ao longo do século XIX, o poder público foi normatizando, pela via legal, os mecanismos de criação, organização e funcionamento das escolas que, por esse aspecto adquiriram o caráter de instrução pública”. Apesar de ser nomeado como instrução pública, afirma o autor, o ensino continuou até final do século XIX funcionando em espaços privados, a saber, as casas dos próprios professores.

A formação do grupo escolar impõe-se como cenário e cena, isto é, a estrutura e a linguagem da cultura escolar que devia se afastar da “casa” e da “rua”:

A estruturação espacial dos grupos escolares, da qual a existência do muro e do pátio escolar é apenas um dos elementos, não possibilita apenas separar simbólica e materialmente a escola da rua e da casa e, nesse sentido, dar um passo na construção da escola com instituição específica. Ela dá materialidade e visibilidade às diferentes funções dos espaços escolares e, conseqüentemente, impõe formas legítimas ou não da sua apropriação e de sua utilização (FARIA FILHO, 2000, p.64).

Ao mesmo tempo em que se define o espaço escolar, buscando o preenchimento e a ocupação pelas criações novas de utilização de espaço dentro da escola (biblioteca, museu escolar, o

jardim de observação), de modo real ou imaginário começaram a fazer parte do cotidiano escolar, sendo o espaço utilizado com a pretensão de educar e disciplinar.

Em um ambiente em que a escola passou a ser mais do que uma instituição que se adaptava a vida das pessoas, por esse motivo houveram resistências na troca das escolas isoladas, onde os alunos faziam seus horários próprios, o grupo escolar passou a ter uma necessidade de novas referências de tempo e novos ritmos para que essa nova forma de se ver a escola fosse legitimada. A criação de um horário escolar foi muito trabalhoso, pois a mudança de horários e atividades das crianças precisavam ser impostas, e com isso a escola teve que se adaptar a realidade da comunidade.

A implementação dos grupos escolares para Souza (2004, p.115): “ (...) por toda parte onde foi implantado, este novo modelo de escola primária foi instituído como símbolo de modernização do ensino, em sintonia com expectativas em relação ao desenvolvimento social e econômico”.

Outro livro do levantamento bibliográfico é *Alicerces da Pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890 – 1976)*, a autora do livro é a já citada anteriormente Rosa Fátima de Souza. O livro tem como temática de modo bem amplo o estudo da história republicana da escola pública primária paulista, e o modelo de escola instituído na República, que conseguiu se estabelecer de forma duradoura mantendo-se relativamente estável durante o século XX, tudo isso sobre o eixo da cultura escolar do período em que iniciou a primeira escola primária republicana (1890) e o ano de 1976, que foi quando ocorreu no Estado a reforma federal de ensino no 1º e 2º graus, eliminando oficialmente da estrutura da educação brasileira a designação ensino primário.

A legislação a ser abordada será da década de 70. Nos anos 70 foi implantada a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus em todo o país. Foi criada a Lei nº 5.692/71, que em São Paulo foi criado um debate em torno de duas questões básicas: a chamada democratização das oportunidades educacionais no 1º grau (a lei diz que deve haver a expansão da rede e das matrículas) e as dificuldades e os contratempos da implantação do ensino profissionalizante de 2º grau.

Antes da criação dessa lei, o ensino paulista já iniciava um processo de expansão da obrigatoriedade escolar, passando a ser obrigatório o ensino dos 7 aos 14 anos de idade no 1º grau, unificando primário e ginásio, e com isso gerando discussões sobre a implementação do ensino profissionalizante na educação básica e média.

A preocupação em São Paulo para o 1º grau era fazer com que as taxas de retenção escolar fossem aumentadas. Outra discussão era sobre a pré-escola, se essa etapa deveria ser usada como preparação para o 1º grau, diminuindo assim a evasão prematura da escola; outra maneira pensada para evitar a evasão seriam os programas assistências na escola, como serviços médicos, odontológicos, alimentares e econômico-sociais, sendo esses programas destinados a população de baixa renda.

Para finalizar a importância do grupo escolar:

A cultura escolar elaborada tendo como eixo articulador os grupos escolares atravessou o século XX, constituindo-se em referência básica para a organização seriada das classes, para a utilização racionalizada do tempo e dos espaços e para o controle sistemático do trabalho das professoras, dentre outros aspectos. É, grosso modo, nesse e com referência a esse caldo de cultura que ainda hoje se elaboram as reflexões pedagógicas, mesmo aquelas que se representam, mais uma vez, como de costas para o passado e antecipadoras de um futuro grandioso. (FARIA FILHO, 2000, p.27).

Entre 1930 e 1970 o Grupo Escolar foi a principal instituição cultural de São Luiz do Paraitinga. Neste amplo período a documentação do próprio grupo é de difícil acesso principalmente após a enchente que ocorreu no início de 2010. Com a metodologia para entender o auge do funcionamento do grupo escolar de São Luiz do Paraitinga e sua dissolução na década de 1970 optou-se por entrevistar quatro importantes membros da administração e corpo docente desta escola.

Para a realização da entrevista foram escolhidos quatro professores de extrema importância para o Grupo Escolar, são eles **Maria Amélia da Silva Campos**, aposentada, 63 anos, formada em Pedagogia pela Universidade de Taubaté (UNITAU) e se especializou em pré pedagogia saindo ainda com o curso de administração, foi professora dos anos iniciais tanto na escola comum quando na zona rural, no fim de sua carreira diretora da escola E.E Miguel Pistilli em Taubaté; **Maria de Fátima Guimarães**, aposentada, 65 anos, formada em Pedagogia pela Universidade de Taubaté, foi professora dos anos iniciais tendo sua preferência para a alfabetização, trabalhou nas escolas isoladas e por fim foi diretora durante cinco anos da escola Coronel Domingues de Castro; **Judas Tadeu de Campos**, aposentado, 68 anos, formado em História pela Universidade de Taubaté, trabalhou juntamente com a professora Maria Amélia na zona rural, muitas vezes ministrando aula de conteúdos que não eram da sua área, atuou no ensino fundamental ciclo II e atualmente trabalha em um projeto na área de história sendo seu enfoque a história da cidade de São Luiz do Paraitinga, porém com a enchente no ano de 2010 ele perdeu todo o trabalho que havia feito; **Denise Frade**,

aposentada, 66 anos, formada em Pedagogia e Letras pela Universidade de Taubaté, foi professora dos anos iniciais e ensino fundamental na cidade de São Luiz do Paraitinga, atuando também nas escolas isoladas durante muitos anos, teve grande participação na formação dos professores pois fez parte da área da educação na prefeitura, se aposentou sendo professora em Taubaté.

Teve-se como objetivo ao entrevistar os quatro professores, entender o cotidiano por eles vivido dentro do Grupo Escolar.

Estrutura física e atuação em sala de aula

Primeiramente questioneei quais anos os professores trabalharam e se atuaram também em escolas de zona rural e a estrutura física da escola, os professores Tadeu e Denise atuaram nos anos iniciais e no ensino fundamental, Maria Amélia e Fátima trabalharam somente nos anos iniciais do ensino fundamental, porém ambas foram diretoras de escola ao fim da carreira. Os quatro educadores atuaram na zona rural, colocando quase como obrigatório o trabalho nessas áreas de difícil acesso, uma vez que com poucos professores disponíveis eles foram encarregados de dobrar seu período ora em escola urbana ora em escola isolada. O depoimento da professora Maria Amélia chamou muito atenção pois ela dizia que na escola isolada ela realizava com muito prazer seu trabalho, pois lá o professor não era criticado e era visto como um salvador dentro da sociedade. A estrutura física da escola tanto urbana como rural era bastante comprometida. A fala da educadora Denise quanto a essa situação foi:

Ao entrar no Grupo Escolar, já sabia das dificuldades que ia encontrar. O prédio era muito antigo assim como todos os móveis que estavam sendo utilizados. Os materiais chegavam somente no início do ano e em certos anos no meio do ano eles repunham o material. Para trabalhar com os pequenos como eu trabalhei os recursos eram extremamente precários, muitas vezes até inutilizáveis. Na roça a situação era ainda mais preocupante. Além do caminho que eu e os outros professores tínhamos que percorrer (pegávamos o cavalo até o rio, depois atravessávamos de canoa e depois íamos a cavalo até as escolas, as vezes íamos a pé quando não tinha cavalo disponível) ao chegar na escola muitas vezes as carteiras estavam em más condições e dentro da sala de aula não havia a menor higiene, tinha de tudo um pouco lá... Animais perigosos e inofensivos, e muitas vezes quem tinha que tirar eles de lá éramos nós os professores... Os alunos gostavam muito da escola e principalmente de nós professores. Lá na zona rural a gente educava muitas vezes a família toda, principalmente na questão de higiene das crianças e conscientização da importância da escola. Eu gostava mais de trabalhar na roça pelos alunos que eram mais educados e respeitavam muito meu trabalho, porém foi na escola urbana que tive melhores oportunidades para crescimento profissional.

Após relatarem a sua atuação, questionei sobre a rotina dentro da sala de aula, a relação professor/aluno e professor/professor; e nesta etapa como em muitas outras os entrevistados apresentaram respostas muito semelhantes, durante a carreira a postura dentro da sala de aula mudou, mas todos tiveram uma fala comum, assim que entravam na sala de aula os alunos se levantavam para a oração e após isto ser feito começavam a ministrar a aula. A relação professor aluno segundo os quatro entrevistados era na grande parte do tempo tranquila, os professores eram respeitados no caso dos quatro escolhidos para entrevista eram muito queridos sendo até hoje lembrados pelos alunos, os conflitos quando haviam eram resolvidos dentro de sala de aula, os mesmos acreditavam que não havia uma relação autoritária havia apenas o respeito do aluno pelo professor e vice versa. Utilizarei agora a fala de duas professoras para ilustrar a situação, primeiramente a fala da Fátima:

A rotina de sala de aula era muito particular pra cada professor. Eu particularmente iniciava as aulas com uma conversa e posteriormente uma oração, muitas vezes cantos da igreja que as crianças gostavam. Sempre utilizei o que foi orientado para ser usado dentro das reuniões, as atividades algumas vezes já vinham prontas, mas não era sempre que eu dava para as crianças exatamente como o que foi proposto. Eu no início achava essas atividades prontas meio estranhas, pois muitas vezes não faziam parte do cotidiano das crianças, possuíam coisas que muitas vezes elas nunca tinham tido contato. Isso gerava um certo desconforto entre os professores, mas a gente fazia o que dava pra adaptar a realidade da sala, só não podia mudar muito por que o inspetor depois cobrava. Quanto a relação com os alunos, nunca tive muitos problemas de indisciplina. Sabe na minha época criança indisciplinada não tinha vez... Como a cidade é pequena a gente tinha contato com os pais das crianças, o que impunha uma sensação de medo, pois o discurso de que os pais ficariam sabendo do comportamento do filho sempre funcionava. Não fazia muito o uso deste discurso pois sempre peguei turmas excelentes.

Professor Judas:

A minha rotina dentro da sala de aula era diferente... Quando atuei como professor nos anos iniciais, a coisa era meio simples. Chegava, rezava e iniciava a aula. Eu não tinha muito tato para dar aula para os pequenos, eu fazia como posso dizer... O feijão com arroz mesmo. Aplicava as atividades que algumas vezes já vinham prontas e algumas eu preparava juntamente com os outros professores. A gente fazia um rodízio cada mês um grupo de professores preparava atividade. Funcionou por um tempo, mas depois os inspetores descobriram e vetaram isso. Com relação aos alunos, eu sempre respeitei muito eles e isso refletia no que respeito que eles tinham por mim. Acredito que a figura do professor homem já mostrava um certo medo da parte dos alunos e assim nunca enfrentei grandes desafios. Quando me formei em história e fui lecionar para os mais velhos encontrei mais facilidade... Talvez porque me sentia melhor preparado para estar lá, tudo fluía melhor. A relação com os maiores era mais complicada, mas naquela época eu era autoritário, não tinha conversa, os temas abordados eram todos muito controlados então não tinham grandes alvoroços por temas polêmicos.

A relação entre os professores foi apontada como ponto positivo dentro do Grupo Escolar, pois as professoras com mais experiência ajudavam as mais novas e o grupo estava sempre fortalecido, como na fala da Maria Amélia, nós estávamos juntos lutando por um propósito educador e fazíamos de tudo para que isso se concretizasse, não havia aquela competição negativa dentro do ambiente escolar. Farei então uso da sua fala:

Acho que o ponto positivo em todas as dificuldades que a gente tinha pra dar aula era a nossa união. Parecia que quanto maior a dificuldade mais a gente ficava junto pra encontrar uma saída ou um meio para melhorar a nossa realidade. Era tudo muito difícil, muitas vezes a gente tirava do nosso dinheiro para comprar os materiais para utilizar na sala. As professoras se reuniam pra confeccionar materiais e não se importavam em compartilhar as idéias e mostrar as coisas. Foram ótimas experiências e o aprendizado era constante.

Os inspetores de ensino e implantação da LDB

Na década de 1970 o país estava enfrentando a ditadura, então questionei a posição da diretora dentro do grupo, se ela era autoritária, e se havia visitas dos inspetores de ensino e como os professores viam essas visitas. Os professores apontaram que a relação com a direção era tranqüila, Judas brincou:

Ditadura em São Luiz? Parece que nem existiu... A gente sabia de uma coisa ou outra quando alguém de fora vinha visitar a gente. Era uma realidade que não afetava a gente. Os hábitos na escola tinham mudado quando tínhamos que lecionar educação moral e cívica, tinha que passar o conteúdo mas isso não era algo pesado.. Nunca sofri nenhuma opressão, mesmo sendo professor de história. A presença dos inspetores era constante mas como eu não falava nada que fosse incomodo para eles então era como se praquelas pessoas a ditadura não surtisse efeito.

Ele e os outros entrevistados não sentiram o efeito repressor desta época, disseram ainda que a maioria das diretoras era compreensivas e o grupo sempre se ajudou muito, quanto a relação da visita dos inspetores os entrevistados contam que de certa forma eram freqüentes, e que primeiramente os professores se assustavam com a postura que os mesmos apresentavam, assistindo as aulas que os professores ministravam e depois aconselhando mudanças ou tecendo elogios. Os inspetores fiscalizavam as atividades dadas em sala de aula e conferiam se estava dentro do padrão imposto. Para Fátima:

Os inspetores faziam o trabalho deles. De certa forma a gente se organizava mais por conta da presença deles. As atividades tinham que estar em dia, a matéria e as anotações das evoluções dos alunos também. Tudo era controlado, mas na época eu não via isso de maneira negativa, em nenhum momento me sentia sendo fiscalizada em um sentido ruim... Na verdade via como necessária essa ida constante dos inspetores, eles faziam a ponte com pessoas de maior importância e isso nos

beneficiava, algumas melhorias surgiam após os relatórios feitos. No começo eu não gostava, o dia que o inspetor ia para a escola era motivo de medo... Mas depois vi esses profissionais como pessoas que acrescentaram e melhoraram minha postura em sala de aula.

Com a mudança na legislação e a obrigatoriedade das crianças de 7 a 14 anos estarem dentro da sala de aula pedi para que os professores relatassem como foi essa mudança, Judas disse não ter acompanhado esta mudança pois estava se dedicando somente a escola rural neste momento, e segundo ele as leis não atingiam essa parte da cidade, muitos alunos não se matriculavam e os pais não tinham interesse em matriculá-los pois grande parte das crianças já trabalhavam. As demais professoras entrevistadas contam que o número de alunos que ingressaram na escola não era tão grande pois muitos pais não tinham o conhecimento dessa lei, foi preciso uma reunião de pais para esclarecer a obrigatoriedade da matrícula dos alunos. Fátima relata ainda que a matrícula muitas vezes era feita por obrigação mas as crianças mal freqüentavam a escola, porém lembra que nesta época aproximadamente abriram mais duas salas para suprir esta necessidade, e anos depois foram criadas mais escolas na cidade. A entrevistada relata ainda:

Com a obrigatoriedade dos alunos estarem matriculados, acabou aquela história de professor ter que ir atrás de aluno pra ter sala de aula. A escola mudou também. Parte dos alunos ficou no Coronel, a outra parte foi distribuída pras outras duas escolas da cidade. Apesar do maior número de matrículas isso não correspondia a realidade. Muitos alunos eram matriculados mas iam esporadicamente pra escola, atrapalhando nosso trabalho. Ainda mais que com a divisão em outras escolas os pais alegavam que não podiam levar as crianças para as duas escolas, e davam prioridade em levar os mais velhos. Na minha época como diretora graças a deus isso já tinha acabado. As diretoras da época tinham um certo trabalho quanto a isso. Outra coisa que complicava muito era a falta de conhecimento sobre a lei, o que era passado para a gente era algo superficial... Imagina ou pais então? A mentalidade das pessoas lá era muito atrasada naquela época.

Após o relato dos professores entrevistados foi passado que o ensino profissionalizante não acontecia na cidade assim como o ensino a distância era inexistente na cidade. O entrevistado Judas relatou:

Como em várias outras coisas o ensino de São Luiz era defasado. Não tínhamos condição de oferecer esse tipo de ensino. Eu depois de muito tempo vi que essa não era a realidade em todo o Brasil. O ensino profissionalizante nunca aconteceu aqui, nem mesmo atualmente... Quando as pessoas tem necessidade de melhorar sua formação tem que recorrer a instituições de cidades vizinhas.

As transferências e atividades no ambiente escolar

Com a consolidação da lei nº 5692/71, os professores tinham que ter curso superior ou complementar para atuar. Perguntei para os entrevistados se os professores se preocupavam com a melhoria em sua formação e ainda se havia competitividade entre os professores com curso superior e sem (somente magistério), todos concordaram que os professores se preocupavam com a melhoria na formação, fazendo inclusive pedidos de ajuda financeira para a população e para a prefeitura para fazer o curso universitário, quanto a competição entre os professores com curso universitário e sem, eles relatam que dificilmente os professores colocavam esse espírito competitivo dentro da grupo, normalmente os professores mais instruídos eram como exemplo para os demais professores. Segundo Maria Amélia:

Antes da formação do professor ser obrigatória, eu tinha vários colegas de trabalho que tinham a formação básica da escola... Nem magistério tinham... E atuavam como professores. Tinha a necessidade de professor, pegava alguém que tinha terminado o ensino fundamental e colocava pra dar aula. Eu achava errado, mas as coisas caminhavam pra esse lado as vezes... Depois que mudou a lei, todo mundo tinha a sua formação... Não que a qualidade fosse excelente mas dava pro gasto. A gente se espelhava muito nos professores que tinham curso universitário, fica evidente a superioridade em determinados conteúdos. Eu me arrisquei e fui fazer Pedagogia. O dinheiro era curto pedi auxílio a prefeitura e eles me deram o transporte... Não era grande coisa mais já ajudava. Consegui me formar e ainda fiz administração escolar, o que me ajudou muito depois para eu conseguir ser diretora. A faculdade me deu uma outra visão sobre o ato de educar... Minha prática mudou muito e com isso a sala de aula também... As atividades eram feitas com maior propósito e os resultados vinham também.

Com a pesquisa bibliográfica vi que muitos professores eram transferidos de escola de acordo com a necessidade do município ou até em municípios vizinhos, perguntei então se houve transferência e se isso atrapalhou em algum momento a união do grupo; Denise respondeu que foi transferida diversas vezes, atuando em cidades da região como Redenção da Serra, Ubatuba e Natividade da Serra, sendo sempre muito bem recebida em todas as escolas que entrou. Maria Amélia e Fátima foram transferidas para Taubaté diversas vezes e Judas foi o único entrevistado que não foi transferido. A entrevistada Denise expressou maior conhecimento sobre as transferências:

A primeira vez que fui transferida chorei muito. Era menina nova e morava em São Luiz ainda... Fui transferida logo pra Ubatuba. Não gostava de descer aquela serra e fui obrigada a fazer isso todos os dias. A escola de lá não era como a que eu estava acostumada. Em São Luiz já conhecia todo mundo, sempre fui tímida e no começo demorei para conversar com as outras professoras. A escola era pequena e não tinha muitos recursos. Os alunos era carentes mas gostavam bastante de ir a escola. Aos poucos me acostumei a rotina dessa escola e fiz grandes amigas de trabalho. Fiquei por lá dois anos e logo fui transferida para Redenção da Serra. No primeiro ano

fiquei apenas nesta cidade mas logo me colocaram para dar aula em Natividade da Serra. O caminho era curto mas o cansaço era enorme. Fiquei com uma primeira série em uma cidade e uma quarta série na outra. Turmas tão distantes que exigiam preparações diferentes. Fiquei 3 anos nesta situação e depois consegui voltar para São Luiz e por lá fiquei muitos anos até me casar e me mudar para Taubaté. Toda essa história de transferência fez com que eu amadurecesse profissionalmente, aprendi a trabalhar com culturas diferentes da que eu estava acostumada... Sai do meu senso comum e essa experiência me serviu até a minha aposentadoria. Nunca entendi muito o por que dessas transferências, mas sou muito grata por elas terem acontecido na minha vida.

Todas as professoras transferidas concordaram que de uma maneira ou outra que essas transferências foram positivas pela oportunidade de trabalhar com outros professores, o enriquecimento foi grande, porém elas sentiam falta do vínculo que haviam com a escola Coronel Domingues de Castro, e sempre que transferidas sentiam uma certa dificuldade em criar laços, uma vez que não sabiam se ficariam por muito tempo no mesmo lugar.

O currículo e os projetos político pedagógicos foram questionados, o professor Judas relatou que por ser do ciclo II do ensino fundamental não participava muito da elaboração do PPP, em alguns momentos ele montou com os demais professores projetos relacionados a história e outras disciplinas para ser trabalhado ao longo do ano. Para o entrevistado Judas:

Os projetos político pedagógicos eram pouco valorizados na época. Fazíamos por que depois era cobrado de nós. Alguns professores nem se sentiam a vontade de ter que fazê-lo, pois alguns tinham uma formação precária e não sabiam o por que fazer este planejamento. Como o único professor de história do ciclo II, eu fazia grande parte das coisas sozinho, compartilhava minhas idéias com os professores nos momentos de reunião, mas no geral não tive grande participação nesse quesito.

Para a professora Maria Amélia:

O currículo vinha pronto para a gente. Não podíamos modificar em nada. Para montar nossa aula tínhamos a base do currículo e fazíamos uma série de atividades pautadas nos temas que o currículo tinha. Eu particularmente gostava de participar da elaboração de atividades, o contato com os outros professores era sempre muito rico. O PPP no começo não tinha a participação do corpo docente. Era algo que ficava restrito a direção da escola. Depois começamos a fazer parte da discussão do projeto político pedagógico até que então realmente ajudávamos a fazê-lo, mas isso levou algum tempo. Essa parte mudou muito desde quando eu iniciei minha carreira até quando eu fui diretora.

As demais professoras contaram que o currículo vinha pronto da Delegacia de Ensino e que elas tinham certa liberdade em elaborar as atividades com base no que já vinha pronto. O projeto político pedagógico em alguns momentos era elaborado somente pelo diretor e depois passou a contar com a ajuda das professoras. Mais uma vez elas frisam que a ditadura não controlava tanto o conteúdo dentro da sala de aula, elas ensinavam com base no que vinha pronto da Delegacia de Ensino e colocavam seu “toque especial”, palavras da professora

Fátima, Maria Amélia e Fátima colocaram que quando foram diretoras faziam questão de ter a participação dos professores tanto para a realização do PPP quanto nos projetos a serem trabalhados durante o ano, e segundo relato das educadoras, nesses momentos havia um rico diálogo entre os professores e que fazia com que o grupo se conhecesse melhor e conseqüentemente se unisse mais.

Finalização da entrevistas e relato sobre a extinção do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro

Ao finalizar as entrevistas, todos os professores foram muito gentis, e demonstraram toda a sua paixão por educar, e disseram ainda que não se veem educando essa nova geração, Maria Amélia relata que se fosse para escolher uma profissão novamente ela nunca deixaria de lado a sala de aula, já Fátima sente saudades da época em que dava aula, porém não sente muita saudade da sua época como diretora, Denise faz trabalho voluntário na região e diz que educar é algo que ela quer fazer até o ultimo dia de sua vida, Judas ainda presta serviços como professor eventual na Universidade de Taubaté e relata a mesma paixão por educar das outras professoras. Começarei com os relatos de Maria Amélia:

Dar aula para mim foi a minha grande paixão. Parei porque não tinha mais condições físicas de continuar mas sabe como as coisas são né... Depois que parei de dar aulas fui ser professora de catequese. Até mesmo hoje em dia com as crianças do jeito que estão educar ainda é muito gratificante. Não quis mudar minha profissão nem no pior dia dentro da sala de aula.

Para Denise:

As diversas salas de aula sempre me acrescentaram muito. Aprendi a lidar melhor com a diversidade dentro da sala de aula, não esperar mais aquela sala de aula perfeita sem dificuldades... Eram nas dificuldades que a gente se superava. Cada dia eu torcia pra ter uma dificuldade diferente para que eu pudesse superá-la... Eu posso ser uma pessoa antiquada no modo de educar, mas sei que como eu educava dava certo... Na minha sala sempre alfabetizei todos os alunos e cumpri com as metas estabelecidas. Me aposentei por idade e sempre que posso faço meu trabalho voluntario no Amigos da escola.

Para Fátima:

Terminei minha carreira sendo diretora... Não porque gostava mas pela necessidade do dinheiro que era um pouco maior. Ser diretora não me dava tanto prazer quanto dar aula, mas aprendi muito ao assumir este cargo. Confesso que quando me aposentei a escola já não estava mais como era antes... O respeito pelos professores diminuiu muito e eu não sei trabalhar em um ambiente onde falta respeito. Com todas as coisas ruins e precárias da década de 70 acho que eu ainda prefiro a escola daquela época. Hoje muita coisa se perdeu. Aceitaria o desafio de educar atualmente, mas sei que meu esforço seria no mínimo o dobro do que naquela época.

Para Judas:

Minha experiência em sala de aula foi muito enriquecedora. Não tive a disciplina de didática apresentada de maneira séria. Fui aprendendo sozinho como dar aula, o que funcionava e o que não funcionava... Sempre me intrigou pensar em como despertar o interesse dos alunos... Gostava desse desafio, apesar das diversidades dentro da sala de aula a grande maioria dos alunos sempre se interessou por história. Acabei me aposentando e fiquei só na faculdade e trabalhando com pesquisa. Não é a mesma coisa... Sinto que educar os menores é muito mais gratificante, vi aluno meu se formando em história e isso me dá muito orgulho. Ser professor fez com que eu crescesse muito e fico muito feliz ao olhar para trás e ver o fruto do meu trabalho.

Neste capítulo pretendeu-se pesquisar o funcionamento e o fim do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro. Porém grande parte dos entrevistados não passou por essa transição, com exceção da professora Fátima:

Foi uma confusão enorme quando os professores ficaram sabendo que os Grupos Escolares haviam sido extintos.... muitos acharam que ficariam sem emprego e que era o fim da instituição da escola. Isso foi muito mal explicado pra gente. Demorou pra entender que as modificações eram no modo de separação das salas e que continuaríamos com o nosso trabalho normalmente. Os pais já não sabiam mais como chamar a escola e ninguém entendia o porque dessa mudança... As séries mudaram a nomenclatura, e a separação das séries nos diferentes prédios... Pra nós professores no início foi só uma mudança de nome mesmo. Depois a gente foi se adaptando a esse novo tipo de escola. Eu particularmente não tive grande mudanças pois estava ingressando na escola fazia pouco tempo. Não sei falar sobre leis nem sobre os motivos dessa mudança, ela aconteceu em São Luiz como muitas mudanças, sem dar justificativa, sem explicarem pra gente.

Com este depoimento sobre o fim do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, podemos compreender melhor o funcionamento desta escola que foi o grande centro cultural da cidade de São Luiz do Paraitinga, finalizando então a proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Considerações finais

Com a pesquisa feita sobre o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro o meu crescimento intelectual foi imensurável. Toda a pesquisa acadêmica feita desde o ano passado foi enriquecendo e tornando possível compreender o contexto histórico da educação paulista das décadas de 1930 a 1970. Anterior a este trabalho posso considerar meu conhecimento sobre isto bastante limitado.

No primeiro capítulo sobre os Sistemas Escolares Brasileiros enriqueceu muito minha visão sobre os sistemas escolares brasileiros, fazendo uma retomada desde os tempos do Império, e tendo uma concepção diferente da que eu tinha antes. Adquiri conhecimentos da área da educação que até então eu desconhecia, apenas sabia a parte histórica que estudei nos tempos de colégio. A concepção de grupo escolar antes da leitura, principalmente da autora Rosa Fátima de Souza, era totalmente errônea. Pensava ser apenas uma maneira de se chamar a escola, não uma mudança na legislação que acarretou na formação dos Grupos Escolares. Esse conhecimento adquirido foi essencial para confrontar a leitura com as entrevistas apresentadas no capítulo três.

No segundo capítulo O Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro na década de 1930, tudo que foi escrito no primeiro capítulo e acrescentado o que foi lido para realizar este capítulo, pude entender como eram feitos os relatórios da Delegacia de Educação de Taubaté, compreendi muito do funcionamento do grupo, além de perceber quais eram os fatores analisados pelos inspetores de ensino, muitos dados que eu não acreditava serem importantes eram frisados várias vezes durante os relatórios e só então pude perceber que justamente essa riqueza de detalhes que me fizeram compreender o funcionamento dos Grupos Escolares na região do Vale do Paraíba. Aprendi a ver o Grupo Escolar como um todo, que engloba desde a sala de aula até a administração e como isso influenciava diretamente em seu funcionamento. As evoluções nos relatórios são notáveis também. Alguns conceitos mudam como o de alfabetização que passa a ser levado mais seriamente com o passar dos anos. O trabalho dos professores também passa por mudanças, assim como as palestras oferecidas pela Delegacia de Ensino, ora sendo com temáticas livres e ora temáticas escolhidas pela própria Delegacia.

No capítulo três, intitulado O período final do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, primeiramente pesquisei sobre a formação do Grupo Escolar, e para compreender como foi a implementação da lei 5692/71 na cidade de São Luiz do Paraitinga. Para realizar as entrevistas primeiramente fiz a pesquisa bibliográfica, pois meu conhecimento sobre essa lei era praticamente nulo. Após compreender o que esta lei significou na educação realizei as entrevistas com os quatro educadores que foram de grande importância para a cidade de São Luiz e para a realização deste trabalho. As entrevistas foram essenciais para confrontar toda a leitura que tinha realizado até então.

Com o conhecimento teórico pude ter maior segurança ao entrevistar os professores. Com a fala dos professores pude perceber que os professores acreditavam que nem tudo que se acontecia no Brasil acontecia na cidade de São Luiz do Paraitinga. Os acontecimentos violentos relatados por pessoas que moravam em lugares como as capitais não aconteciam na cidade alvo dos estudos, por isso as pessoas achavam que a ditadura não estava presente, porém a repressão acontecia de diversas formas, de certa maneira até mascaradas e assim toda a população acreditava que não houve influência de toda essa repressão na cidade. As relações autoritárias e repressoras muitas vezes mostradas na literatura da década de 1970 aconteciam de uma maneira diferenciada, pois as pessoas sofriam essa repressão mas não a percebiam, era uma repressão silenciosa. A fala dos professores lembrava em alguns momentos a fala de professores que atuam nos dias de hoje. Aprendi muito com as entrevistas, pois até então tinha visto tudo somente no papel, coisas muito técnicas. Ouvir como eram as relações e todo funcionamento da escola dos próprios educadores foi muito rico.

Acredito que aprendi muito com este trabalho, minhas concepções sobre estas décadas e sobre o ensino em geral tiveram mudanças enormes. Agora compreendo o contexto histórico e o que isso influencia na educação. Pesquisar o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro no seu contexto histórico das décadas de 1930 a 1970 proporcionou crescimento profissional, intelectual e de experiência de vida, pois tenho maiores e melhores conhecimentos sobre a educação brasileira ao fim do trabalho de conclusão de curso.

Referências

- ALVES, M. H. M, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AZEVEDO, C. P, *Concepção do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30 expressa na visão de Anísio Teixeira*. Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005, on line (www.proec.ufg.br)
- ANDRADE, A.R.T. *Identidade sócio cultural e prática profissional :o Serviço Social frente aos desafios da realidade a população rural de São Luiz do Paraitinga* .Franca: [s.n.], 1997.
- ASSUMPÇÃO, R.V. *A formação das identidades urbanas em São Luís do Paraitinga e Bananal: patrimônio arquitetônico e religioso*. Campinas: PUC-CAMPINAS, 2008.
- BARROS, J.A. *O campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL, *Sinopse Estatística do Município de São Luiz do Paraitinga Estado de São Paulo*. São Paulo: IBGE, 1948
- BRASIL. Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946. *Senado Federal. Subsecretaria de informações*, 1946 Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103937>>. Acesso em: 24/04/2011.
- BOSI, E. *Memórias de Velhos*. São Paulo: T.A. Editor, 1979.
- COLOMBO, F.A.G. *O plano diretor participativo como instrumento de planejamento municipal[recurso eletrônico]: um estudo de caso no município de São Luís do Paraitinga*. Araraquara: UNESP, 2007.
- CUNHA, L.A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CUNHA, L.A & GÓES, M. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. *São Luís do Paraitinga: levantamento métrico-arquitetônico e fotográfico, e estudo da formação de uma cidade tradicional paulista*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1977.
- FARIA FILHO, L.M. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, L.M. *Educação, Modernidade e Civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FAZENDA, I. C. A. et. al. *Um desafio para a didática: experiências, vivências, pesquisas*. São Paulo: Loyola, 1988.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1987.

LIMA, A. A; A posição do Brasil em Punta del Este. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: 1993. Disponível em http://www.mundorama.info/Mundorama/RBPI_-_1958-1967_files/RBPI_1962_17.pdf> Acesso em: 27/09/2011.

LOBATO, M. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense. 1977.

MARTINS, M.C. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: USF, 2002.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, D. A; As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica; empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, D. A. e Duarte, M. R. T; *Políticas e trabalho na escola: administração dos sistemas de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 1988.

SAIA, L.; TRINDADE, J.B. *São Luiz do Paraitinga*. São Paulo, Publicação nº2 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado- CONDEPHAAT, Governo de São Paulo, Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia, 1977.

SANTOS, J.R.C.C.S. *A Festa do Divino de São Luiz de Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade*. São Paulo: FFLCH, 2008.

SAVIANI, Demerval; *Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. et alli. *O Legado educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. *As concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira*. Apresentado na sessão de Comunicações em História da Educação do HISTEDBR, na Faculdade de Educação da UNICAMP, em 25/agosto/2005.

SAVIANI, D. *Política e Educação no Brasil*,. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2000.

SEVERINO, A. J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SOUZA, R.F. *Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890 – 1976)*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D. et alli. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, R.F. *Templos de Civilização: a implementação da escola primária graduada no estado de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1998.

TEIXEIRA, A. *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

VIEIRA, N. *O Divino em Festa - São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Terra Virgem, 2008.

Site: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001b> acessado em 16/05/2010

Site: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad05/Fundap05/DECADAS%20DOS%2070%20-%20A%20REFORMA%20SOB%20PERMANENTE%20AVALIACAO%20NA%20IMPRE.pdf> acessado em 20/05/2010